

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

#### Prezados Acionistas,

A Administração da AES ELPA S.A. ("AES Elpa" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

#### Perfil

A AES Elpa é constituída como uma sociedade por ações de capital aberto que tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio. A Companhia possui o controle acionário da empresa Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("AES Eletropaulo") com 77,81% das ações ordinárias e 30,97% do capital total. Por sua vez, a AES Elpa é controlada pela Companhia Brasileira de Energia que detém 98,26% de seu capital total. Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 958.781.908,12, representado por 95.061.053 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

#### Desempenho Econômico-Financeiro

As demonstrações contábeis da AES Elpa relativas ao exercício de 2012 adotam o padrão contábil internacional - IFRS (International Financial Reporting Standards) estabelecido pelo IASB (International Accounting Standards Board). O prejuízo líquido apurado em 2012, no valor de R\$ 30,7 milhões, reflete basicamente o resultado da participação societária na controlada AES Eletropaulo. O resultado negativo é explicado pelo impacto da Amortização dos ativos intangíveis de concessão, parcialmente reduzido pela equivalência patrimonial, ambos contabilizados em razão da participação societária na AES Eletropaulo. Os ganhos de equivalência patrimonial reconhecidos durante o ano são explicados pelo desempenho da controlada AES Eletropaulo. Os principais fatores que explicam a variação no desempenho da subsidiária na comparação entre os anos de 2011 e 2012 são:

- (i) redução de R\$ 252,2 milhões, na receita, em função da aplicação da revisão e reajuste tarifários sobre a Parcela B, parcialmente compensado pelo crescimento de 1,0% do mercado total em 2012;
  - (ii) maiores custos com a "Parcela A" no montante de R\$ 782,4 milhões, refletindo o maior custo com compra de energia para revenda e encargos de Rede Básica, ONS e ESS;
  - (iii) maiores despesas com PMSO, em R\$ 291,5 milhões, devido principalmente à:
- a. efeitos não recorrentes com ações para ganho de eficiência resultando em um aumento em R\$ 48,5 milhões;

- b. acréscimo recorrente de R\$ 38,2 milhões, em função do reajuste de salários, benefícios e encargos relacionado ao acordo coletivo de junho de 2011 e junho de 2012;
- c. R\$ 27,8 milhões em despesas relacionadas com o Plano de Ação 2011-2012.
- (iv) efeito não recorrente devido à alienação da AES Atimus SP para a TIM em outubro de 2011.

#### Remuneração aos acionistas

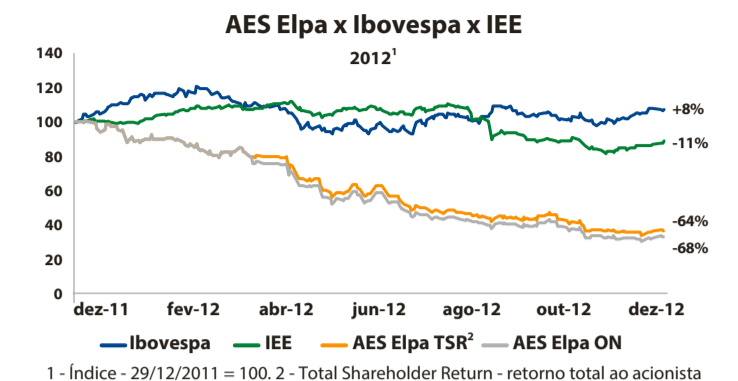
Em função do resultado negativo apresentado no ano de 2012 não há proposta de distribuição de dividendos.

Dividendos 2012 (R\$ Milhões)	
<b>Lucro do Exercício - 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>(30,7)</b>
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	3,8
Dividendos e JSCP prescritos até 31.12.12	0,0
Ajuste por conta de dividendos e JSCP prescritos de controladas	1,6
Absorção de prejuízos com reservas de lucros	25,3
Substituição de Reseva Legal (5%)	-
<b>Base para distribuição de dividendos</b>	<b>-</b>
Dividendos intermediários já distribuídos	-
Juros sobre Capital Próprio já destinados	-
<b>Dividendos complementares propostos</b>	<b>-</b>
Destinação para Reserva Especial	-

#### Mercado de Capitais

A ação ordinária da AES Elpa (AELP3) encerrou 2012 com queda de 68,0%, sendo cotada em R\$ 14,57, enquanto o Ibovespa valorizou 7,6% e o IEE (Índice de Energia Elétrica) desvalorizou 11,2%. A ação ordinária da Companhia foi negociada em 215 dos 246 pregões realizados na BM&FBovespa ao longo do ano. As ações da AES Eletropaulo desvalorizaram 54% em 2012 e refletiram diretamente na desvalorização das ações da Companhia.

Os dados de liquidez mostram a realização de 2.056 negócios, envolvendo cerca de 1.2 milhões de ações ordinárias, com volume médio diário de R\$ 130,8 mil no mercado à vista de 2012. Em 31 de dezembro de 2012, o valor de mercado da AES Elpa era de R\$ 1,4 bilhão.



#### Serviços de Auditoria Independente

A AES Elpa utilizou os serviços de auditoria independente KPMG Auditores Independentes ("KPMG") para auditoria de suas demonstrações contábeis e revisão especial de suas informações trimestrais. Não foram contratados quaisquer outros serviços não relacionados à auditoria. Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. São Paulo, 27 de fevereiro de 2013

<b>BALANÇOS PATRIMONIAIS</b> 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)											
ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011			2012	2011		
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	34	44	114.175	162.995	Fornecedores	15	20	20	1.382.389	1.063.104
Investimentos de curto prazo	4	10.144	5.041	710.043	1.232.561	Empréstimos e financiamentos	17	-	-	33.859	88.872
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	-	-	1.594.016	1.520.600	Debêntures	17	-	-	46.800	243.309
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	6	4.636	5.320	237.304	53.347	Arrendamento financeiro	17	-	-	4.494	7.977
Outros tributos compensáveis	6	-	-	182.492	84.225	Subvenções governamentais	18	-	-	760	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		13.654	59.073	-	-	Imposto de renda e contribuição social a pagar	16	3.366	-	5.679	4.398
Devedores diversos		-	-	1.708	1.669	Outros tributos a pagar	16	11	5.116	335.040	454.987
Contas a receber - acordos	8	-	-	234.315	257.518	Contas a pagar com partes relacionadas		536	536	536	536
Outros créditos	9	3	1	130.821	105.754	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		1.133	18.829	52.400	170.829
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10	-	-	(289.691)	(354.784)	Obrigações estimadas	20	-	-	103.792	95.842
Almoxarifado		-	-	63.936	52.553	Obrigações sociais e trabalhistas		4	-	4.092	3.131
Despesas pagas antecipadamente		1	1	1.020	774	Encargos tarifários e do consumidor a recolher	22	-	-	81.805	102.078
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>28.472</b>	<b>69.480</b>	<b>2.980.139</b>	<b>3.117.212</b>	Provisão para processos judiciais e outros	21	-	-	170.019	168.704
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	23	-	-	48.279	40.727
Outros tributos compensáveis	6	-	-	52.303	104.010	Outras obrigações	24	423	450	176.186	172.245
Cauções e depósitos vinculados	21	14.495	17.073	475.980	493.064	<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>5.493</b>	<b>24.951</b>	<b>2.446.138</b>	<b>2.616.739</b>
Contas a receber - acordos	8	-	-	79.740	94.780	<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Outros créditos	9	-	-	50.199	104.273	Empréstimos e financiamentos	17	-	-	554.678	715.012
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10	-	-	(64.577)	(53.969)	Debêntures	17	-	-	2.159.784	1.436.739
Ativo financeiro de concessão	11	-	-	1.181.937	1.041.813	Arrendamento financeiro	17	-	-	2.596	4.076
Investimentos	12	1.102.392	1.236.712	9.500	9.500	Subvenções governamentais	18	-	-	2.738	-
Imobilizado, líquido	13	95	95	6.204	9.559	Tributos e contribuições sociais diferidos	7	1.085	777	159.169	151.955
Intangível	11/14	699.356	745.302	6.456.558	6.618.616	Obrigações com entidade de previdência privada	19	-	-	1.133.680	1.230.546
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.816.338</b>	<b>1.999.182</b>	<b>8.247.844</b>	<b>8.421.646</b>	Encargos tarifários e do consumidor a recolher	22	-	-	2.705	27.088
						Provisão para processos judiciais e outros	21	15.963	11.616	331.111	333.725
						Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	23	-	-	25.649	76.702
						Obrigações estimadas	20	-	-	19.980	20.438
						Reserva de reversão		-	-	66.085	66.085
						Outras obrigações	24	-	-	26.949	55.436
						<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>17.048</b>	<b>12.393</b>	<b>4.485.124</b>	<b>4.117.802</b>
						<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
						Capital social subscrito e integralizado	25	958.782	958.782	958.782	958.782
						Recursos destinados a futuro aumento de capital	33	429.200	429.200	429.200	429.200
						Reserva de capital					
						Reserva de lucros:					
						Reserva legal	25	93.984	93.984	93.984	93.984
						Reserva estatutária	25	111.503	136.766	111.503	136.766
						Outros resultados abrangentes - ajustes de avaliação patrimonial	25	228.800	255.206	228.800	255.206
						Proposta de distribuição de dividendos adicionais	26	-	-	-	157.380
						<b>SUBTOTAL</b>		<b>1.822.269</b>	<b>2.031.318</b>	<b>1.822.269</b>	<b>2.031.318</b>
						Participação de não controladores		-	-	2.474.452	2.772.999
						<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.822.269</b>	<b>2.031.318</b>	<b>4.296.721</b>	<b>4.804.317</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.844.810</b>	<b>2.068.662</b>	<b>11.227.983</b>	<b>11.538.858</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.844.810</b>	<b>2.068.662</b>	<b>11.227.983</b>	<b>11.538.858</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

<b>DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS</b> Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ações)											
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	Notas	Controladora		Consolidado		RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	Notas	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011			2012	2011		
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>						<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>					
<b>Custo com Energia Elétrica</b>	28	-	-	9.959.198	9.835.578	Resultado de equivalência patrimonial	12	21.569	466.218	-	-
Energia elétrica comprada para revenda	29	-	-	(5.165.493)	(4.305.026)	Amortização de intangível de concessão	14	(45.946)	(45.946)	(45.946)	(45.946)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfra	29	-	-	(210.785)	(159.045)	<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	31	2.696	2.340	241.402	320.676
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	29	-	-	(1.482.190)	(1.225.077)	Despesas financeiras	31	(2.378)	(3.000)	(413.876)	(440.731)
Taxa de fiscalização		-	-	(24.041)	(22.884)	Variações monetárias e cambiais, líquidas	31	-	-	109.318	76.869
<b>Custo de operação</b>						<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>318</b>	<b>(660)</b>	<b>(63.156)</b>	<b>(43.186)</b>
Pessoal e administradores		(281)	(22)	(538.139)	(433.610)	<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS</b>		<b>(26.863)</b>	<b>417.483</b>	<b>92.774</b>	<b>2.253.253</b>
Entidade de previdência privada		-	-	(166.709)	(112.320)	Contribuição social	32	(934)	-	(517)	(199.927)
Serviços de terceiros		(1.492)	(567)	(504.502)	(461.589)	Imposto de renda	32	(2.569)	1	(3.647)	(533.209)
Material		-	-	(62.461)	(51.676)	Contribuição social diferida	7 / 32	(82)	(240)	(11.851)	(5.000)
Custo de construção		-	-	(831.115)	(738.745)	Imposto de renda diferido	7 / 32	(227)	(95)	(32.919)	(13.316)
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	(39.163)	(11.363)	<b>TOTAL DOS TRIBUTOS</b>		<b>(3.812)</b>	<b>(334)</b>	<b>(48.934)</b>	<b>(751.452)</b>
Provisão/Reversão para processos judiciais e outros		-	-	(73.577)	(19.407)	<b>Resultado líquido das operações continuadas</b>		<b>(30.675)</b>	<b>417.149</b>	<b>43.840</b>	<b>1.501.801</b>
Depreciação e amortização		-	-	(450.918)	(503.340)	<b>Resultado líquido das operações descontinuadas</b>	40	-	19.736	-	19.736
Outros custos	30	(1.031)	(1.540)	(208.229)	(179.150)	<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(30.675)</b>	<b>436.885</b>	<b>43.840</b>	<b>1.521.537</b>
Outras Receitas - alienação de investimentos	33 (ii)	-	-	-	707.313	<b>Atribuído a sócios da empresa controladora</b>		-	-	<b>(30.675)</b>	<b>436.885</b>
<b>TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS</b>		<b>(2.804)</b>	<b>(2.129)</b>	<b>(9.757.322)</b>	<b>(7.493.193)</b>	<b>Atribuído a sócios não controladores</b>		-	-	<b>74.515</b>	<b>1.084.652</b>
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>		<b>(2.804)</b>	<b>(2.129)</b>	<b>2.342.385</b>	<b>2.342.385</b>	<b>Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação ordinária:</b>					
						<b>Lucro (Prejuízo) por ação ordinária</b>	27	<b>(0,32269)</b>	<b>4,59584</b>	<b>(0,32269)</b>	<b>4,59584</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

<b>DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)											
Descrição	Notas	Capital social	Recursos destinados a futuro aumento de capital	Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Subtotal	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Reserva Estatutária						
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>		<b>1.058.420</b>	<b>429.200</b>	<b>70.821</b>	<b>-</b>	<b>273.213</b>	<b>-</b>	<b>232.609</b>	<b>2.064.263</b>	<b>2.585.300</b>	<b>4.649.563</b>
<b>Resultado abrangente total:</b>											
Lucro líquido do exercício	26	-	-	-	-	-	436.885	-	436.885	1.084.652	1.521.537
Atualização do ativo financeiro de concessão de controlada		-	-	-	-	-	12.679	-	12.679	28.261	40.940
Imposto de renda e contribuição social sobre atualização do ativo financeiro de controlada		-	-	-	-	-	(4.311)	-	(4.311)	(9.608)	(13.919)
Transações com os acionistas:											
Remuneração com base em ações	39	-	-	-	-	-	-	-	-	820	820
Pagamento de dividendos adicionais propostos		-	-								

<b>DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES</b>				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011				
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(30.675)</b>	<b>436.885</b>	<b>43.840</b>	<b>1.521.537</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>				
Atualização do ativo financeiro de concessão	(38.890)	12.679	(125.573)	40.940
Reversão para o resultado do exercício da atualização do ativo financeiro de concessão	4.682	-	15.119	-
Efeito de imposto de renda e contribuição social	11.631	(4.311)	37.554	(13.919)
<b>TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDOS DE IMPOSTOS</b>	<b>(53.252)</b>	<b>445.253</b>	<b>(29.060)</b>	<b>1.548.558</b>
<b>Atribuído a sócios da empresa controladora</b>	<b>(25.252)</b>	<b>-</b>	<b>(53.252)</b>	<b>445.253</b>
<b>Atribuído a sócios não controladores</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24.192</b>	<b>1.103.305</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis				

<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA</b>				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011				
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
	Controladora		Consolidado	
Descrição	2012	2011	2012	2011

<b>Atividades operacionais:</b>				
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(30.675)	436.885	(30.675)	436.885
Adição e amortização de ativos intangíveis	-	-	450.918	509.395
Amortização do intangível de concessão	45.946	45.946	45.946	45.946
Variação monetária/cambial	-	(510)	(22.729)	(20.965)
Atualização do ativo financeiro de concessão	-	-	15.119	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	61.298	8.227
Provisão para processos judiciais e outros	-	3.449	130.168	57.495
Custo de empréstimos (encargos de dívidas)	-	-	306.812	344.922
Fundo de pensão/Plano de assistência - deliberação CVM 600	-	-	165.888	114.511
Receita aplicação financeira em investimento de curto prazo	(568)	(1.093)	(105.541)	(122.924)
Baixa de ativo financeiro, intangível de concessão e imobilizado	-	-	91.788	42.064
Resultado de reavaliação patrimonial	(21.569)	(466.218)	-	-
Perdas em investimentos	-	-	11.862	21.235
Tributos e contribuições sociais diferidos	309	335	44.770	18.710
Ações e opções de ações outorgadas	-	-	845	831
Participação de acionistas não controladores	-	-	74.515	1.084.652
Dividendos e JSCP recebidos	177.935	387.895	-	34.048
Ganho de capital na alienação de investimentos	-	-	-	(707.313)
Resultado de operações descontinuadas	-	(19.736)	-	-
<b>Variações nos Ativos e Passivos</b>				
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	-	-	(189.198)	(157.477)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	3.081	3.553	(182.295)	1.612
Outros tributos compensáveis	-	2	(46.560)	(20.143)
Serviços prestados	-	-	961	670
Devedores diversos	-	-	(39)	750
Almoarifado	-	-	(11.383)	948
Contas a receber - Acordos	-	-	38.243	32.950
Despesas pagas antecipadamente	-	21	(246)	(58)
Outros créditos	(4)	-	(8.334)	(1.974)
Fornecedores	-	20	319.285	86.353
Imposto de renda e contribuição social a pagar	3.366	-	1.281	6.876
Outros tributos a pagar	1.473	(530)	(111.316)	(12.875)
Pagamento de processos judiciais e outros	-	-	(135.814)	(104.009)
Obrigações sociais e trabalhistas	4	-	96	670
Obrigações estimadas	-	-	5.550	12.307
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	-	-	(44.656)	12.902
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	-	-	(50.441)	(60.616)
Outras obrigações	(28)	(12)	(17.010)	9.007
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	493	873	100.488	133.362
Juros pagos (encargos de dívidas)	-	-	(314.507)	(342.141)
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	-	-	(260.811)	(254.554)
Transferência p/atividade descontinuada	-	-	(21.760)	-
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>179.763</b>	<b>390.880</b>	<b>334.182</b>	<b>1.185.719</b>
<b>Atividades de investimento:</b>				
Adições de ativo imobilizado e intangível	-	-	(871.867)	(796.563)
Consumidores - Participação financeira	-	-	184.333	92.497
Aplicações em investimento de curto prazo	(15.046)	(161.301)	(7.831.645)	(5.034.901)
Resgates de investimento de curto prazo	10.001	160.939	8.366.802	5.157.490
Aplicações/Resgates de caução e depósitos vinculados	3.484	(4.394)	24.486	29.464
Alienação de investimento - Eletropaulo Telecom	-	-	693.313	-
Recebimento de venda de ativo imobilizado e intagível	-	-	46.106	-
Transferência p/atividade descontinuada	-	-	-	14.982
<b>Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de investimento</b>	<b>(1.561)</b>	<b>(4.756)</b>	<b>(81.785)</b>	<b>156.282</b>
<b>Atividades de financiamento:</b>				
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	-	-	1.371.091	4.030
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(175.076)	(382.242)	(605.480)	(1.224.798)
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	(3.136)	(3.858)	(11.781)	(10.547)
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-	-	(1.030.880)	(250.819)
Custo de empréstimos (custos de transação e prêmios)	-	-	(16.749)	-
Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	-	-	(7.438)	(4.314)
Transferência p/atividade descontinuada	-	-	-	5.181
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b>	<b>(178.212)</b>	<b>(386.100)</b>	<b>(301.217)</b>	<b>(1.481.267)</b>
<b>Variação no caixa líquido da companhia</b>	<b>(10)</b>	<b>24</b>	<b>(48.820)</b>	<b>(139.266)</b>
Caixa ao início do exercício	44	20	162.995	302.261
<b>Caixa ao final do exercício</b>	<b>34</b>	<b>44</b>	<b>114.175</b>	<b>162.995</b>
<b>Informações adicionais</b>				
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	-	174.673	686.361
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis				

<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>				
31 de dezembro de 2012 e 2011				
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)				

## 1. Informações gerais

A AES Elpa S.A. (“Companhia” ou “AES Elpa”) está constituída como uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio. Controlada diretamente pela Companhia Brasileira de Energia (Brasiliana) e indiretamente pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos).

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de julho de 2012, foi aprovada a mudança da sede social da Companhia do Município de São Paulo (Rua Lourenço Marques, 158) para o Município de Barueri. A nova sede da Companhia está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Uelha Rodrigues, nº 939, 5º andar, Sala individual 1, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040.

**Contexto operacional das controladas**

Eletropaulo Metropolitana Electricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo”):

A Companhia Metropolitana Electricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo”) é uma companhia de capital aberto, de direito privado, controlada diretamente pela AES Elpa S.A. e indiretamente pela Companhia Brasileira de Energia S.A. (“Brasiliana”). A Brasiliana por sua vez, é uma controlada indireta da The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América). A controlada Eletropaulo está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Em 01 de junho de 2012, a controlada Eletropaulo mudou sua sede para o Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Marcos Penteado de Uelha Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040.

A controlada Eletropaulo, conforme mencionado na nota explicativa nº 28, faturou com fornecimento de energia 37.570 GWh no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 36.817 GWh no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, atendendo a aproximadamente 6,5 milhões de clientes no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 6,3 milhões de clientes no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (informações não auditadas pelos auditores independentes).

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos. Segundo o Contrato de Concessão, a controlada Eletropaulo passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos e por processo de Reajuste Tarifário anualmente. Os efeitos da última revisão e do último reajuste tarifário estão descritos na nota explicativa nº 35.4.

**AES Com Rio - controlada até 30 de junho de 2011**

Até 30 de junho de 2011, a Companhia possuía participação na AES Com Rio, uma sociedade prestadora de serviços de telecomunicações autorizada a explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

Desta forma, nas demonstrações contábeis da Companhia, os saldos referentes a AES Com Rio foram reclassificados para operações descontinuadas para o período findo em 30 de junho 2011 na demonstrações dos resultados e demonstrações do valor adicionado (vide nota explicativa nº 41).

## 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Em 19 de fevereiro de 2013, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e ao exame do Conselho Fiscal. Com base na proposta do Conselho de Administração e na opinião do Conselho Fiscal, tais demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação dos Acionistas da Companhia.

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais são identificadas como “Consolidado”.

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão identificadas como “Controladora” ou “Individuais”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações realizadas em anos anteriores à data de transição, e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente no Brasil. Desta forma, essas demonstrações contábeis individuais não estão de acordo para os IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

### 2.2 Base de preparação e apresentação

A controlada Eletropaulo efetuou algumas reclassificações de contas relativas às demonstrações do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Nesse modo, as demonstrações do resultado, fluxo de caixa e valor adicionado referentes ao ano de 2011 e 2010 estão apresentadas no mesmo formato dessas demonstrações referentes ao ano de 2012 com o intuito de propiciar a comparabilidade das informações. As principais alterações foram: (i) despesa com taxas de administração com a Fundação CESP (administradora dos planos de pensão) da rubrica “Pessoal e Administradores” para a rubrica “Outros custos”; (ii) as discussões judiciais trabalhistas finalizadas por intermédio de acordo ou condenação, foram reclassificadas da rubrica “Pessoal e Administradores” para a rubrica “Provisão/Reversão para processos judiciais e outros” visto que a reversão da provisão relacionada ao mesmo litígio já estava sendo apresentado nesta última rubrica; (iii) as discussões judiciais cíveis e fiscais finalizadas por intermédio de acordo ou condenação, foram reclassificadas da rubrica “Outros custos” para a rubrica “Provisão/Reversão para processos judiciais e outros” visto que a reversão da provisão relacionada ao mesmo litígio já estava sendo apresentado nesta última rubrica; (iv) despesa relativa à perda de contas a receber da rubrica “Outros custos” para a rubrica “Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa” visto que a reversão da provisão é registrada nesta última rubrica.

Adicionalmente houve também a reclassificação do pagamento de obrigações com entidade de previdência privada da atividade de financiamento para a atividade operacional no fluxo de caixa relacionado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para permitir a comparabilidade.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis, tais como o número de consumidores, volumes de energia elétrica negociados, entre outros, não foram auditados pelos auditores independentes.

### 2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) **Moeda funcional e de apresentação**
As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de sua controlada. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) **Transações e saldos**
Adicionalmente houve também a reclassificação de algumas transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia ou da controlada, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia e de sua controlada pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

### 2.4 Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e de sua controlada Eletropaulo (e também as operações da controlada AES Com Rio até 30 de junho de 2011).

Entre os principais ajustes de consolidação estão:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações.
- Eliminação das participações no capital e lucro (prejuízo) do exercício das empresas controladas.
- Apuuração da participação dos acionistas não controladores no balanço patrimonial e nas demonstrações do resultado.

A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada no balanço patrimonial consolidado, como parte integrante do patrimônio líquido e na demonstração do resultado consolidada a parcela atribuível aos acionistas controladores e não controladores é apresentada após o lucro líquido do período ou exercício, conforme o caso.

A seguinte controlada está apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

Controlada	Atividade	Participação	
		2012	2011
Eletropaulo	Distribuição	30,97%	30,97%
O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, exceto quanto à AES Com Rio com efeitos até 30 de junho de 2011; as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme aquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.			

## 3. Políticas contábeis e estimativas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

### 3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual de receber caixa ou outro instrumento financeiro, direito contratual de troca de ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade sob condições potencialmente favoráveis para a entidade, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade sob determinadas condições.

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos sob vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, a qual é determinada no seu reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

<b>DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO</b>				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011				
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011

<b>1. RECEITAS</b>	-	-	<b>15.274.631</b>	<b>15.251.516</b>
<b>Receita bruta de venda de energia e serviços</b>	-	-	<b>15.313.694</b>	<b>15.240.153</b>
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	-	-	<b>7.075.636</b>	<b>6.218.931</b>
Residencial	-	-	6.622.458	6.458.449
Comercial	-	-	4.125.763	4.151.582
Industrial	-	-	1.910.996	2.017.368
Rural	-	-	3.661	3.523
Poder público	-	-	418.275	419.996
Iluminação pública	-	-	181.580	175.404
Serviço público	-	-	189.605	183.289
Encargo de capacidade emergencial	-	-	9	9
Remuneração do ativo financeiro	-	-	156.661	148.426
Transferência para atividade de distribuição	-	-	(6.533.372)	(7.339.115)
<b>Outras</b>	-	-	<b>103.015</b>	<b>50.887</b>
Suprimento de energia elétrica (energia no curto prazo)	-	-	309	(17.538)
PIS, Cofins - Diferença de alíquota e não faturado	-	-	(23.845)	(17.214)
Transferência para obrigações especiais - Ultrapassagem de Demanda	-	-	(75.000)	(35.150)
Transferência para obrigações especiais - Excedente de Reativos	-	-	755.675	829.224
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	-	-	6.533.372	7.339.115
Transferência para atividade de distribuição	-	-	(10.474)	(1.452)
Transferência para obrigações especiais - Ultrapassagem de Demanda - TUSD	-	-	(11.935)	(2.712)
Transferência para obrigações especiais - Excedente de Reativos - TUSD	-	-	12.358	14.325
Remuneração do ativo financeiro - TUSD	-	-	831.115	738.745
Receita relativa à construção de ativos próprios	-	-	123.468	122.992
Outras receitas operacionais	-	-	(39.163)	11.363
(Provisão) Reversão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(1.736)
<b>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(2.515)</b>	<b>(2.104)</b>	<b>(9.111.879)</b>	<b>(6.981.765)</b>
<b>Materiais</b>	-	-	<b>(64.046)</b>	<b>(52.658)</b>
Outras receitas - alienação de investimentos	-	-	-	707.313
Outros custos operacionais	(1,023)	(1,537)	(231.296)	(158.751)
Custo da energia comprada e transmissão	-	-	(7.472.097)	(6.271.983)
Serviços de terceiros	(1,482)	(567)	(513.325)	(466.941)
Construção de ativos próprios	(2,515)	-	(831.115)	(738.745)
<b>3. VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>(2,515)</b>	<b>(2,104)</b>	<b>6.162.652</b>	<b>8.269.751</b>
<b>4. RETENÇÕES</b>	<b>(45,946)</b>	<b>(45,946)</b>	<b>(496,864)</b>	<b>(549,286)</b>
Depreciação e amortização	-	-	(450.181)	(503.340)
Amortização de intangível de concessão	(45,946)	(45,946)	(45,946)	(45,946)
<b>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>(48,461)</b>	<b>(48,050)</b>	<b>5.665.788</b>	<b>7.720.465</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>24,265</b>	<b>488,294</b>	<b>241,402</b>	<b>340,412</b>
Receitas financeiras	2,696	2,340	241.402	320.676
Resultado de participações societárias	21,569	466,218	-	-
Equivalência reclassificada p/resultado de operações descontinuadas	-	-	19,736	-
<b>7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>(24,196)</b>	<b>440,244</b>	<b>5.907,190</b>	<b>8.060,877</b>
<b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>(23,18)</b>	<b>440,244</b>	<b>5.907,190</b>	<b>8.060,877</b>
<b>Empregados (Colaboradores)</b>	<b>234</b>	<b>18</b>	<b>616,127</b>	<b>475,325</b>
Salários e encargos	234	18	333.614	255.695
Participação dos trabalhadores nos luc				



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Investimentos de curto prazo:	2012	2011	2012	2011
	CDB-DI (i)	2.407	–	85.916
Operação compromissada (i)	7.737	5.041	601.175	736.285
Títulos públicos (ii)	–	–	22.931	20.915
Fundo de investimento	–	–	21	–
<b>Subtotal</b>	<b>10.144</b>	<b>5.041</b>	<b>710.043</b>	<b>1.232.561</b>
<b>Total</b>	<b>10.178</b>	<b>5.085</b>	<b>824.218</b>	<b>1.395.556</b>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

- (i) Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas (\*) foram remunerados, em média, no caso da Companhia a 101,83% do CDI (101,33% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011) e na controlada Eletropaulo 102,41% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (102,27% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011).
- (ii) Títulos públicos: correspondem a aplicações em Letras Financeiras do Tesouro - LFT, as quais são remuneradas a 100% da taxa SELIC.

(\*) Operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

As políticas de investimentos financeiros da Companhia e sua controlada determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e sua controlada não mantinham linhas de financiamento comprometidas e não sacadas.

**5. Consumidores, concessionárias e permissionárias**

A composição do saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias é como segue:

Consolidado					
2012					
Saldo vincendos	Saldo vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido
	até 90 dias	mais de 90 dias			

<b>CIRCULANTE</b>						
<b>Consumidores - Fornecimento:</b>						
Residencial	278.769	245.420	34.977	559.166	(47.661)	511.505
Industrial	65.818	34.066	24.980	124.864	(21.941)	102.923
Comercial	188.218	66.099	21.142	275.459	(12.348)	263.111
Rural	140	76	7	223	(1)	222
<b>Poder público:</b>						
Federal	3.086	867	243	4.196	(352)	3.844
Estadual	11.508	3.208	2.395	17.111	(2.132)	14.979
Municipal	13.695	4.015	6.198	23.908	(4.639)	19.269
Iluminação pública	15.040	3.463	1.276	19.779	(446)	19.333
Serviço público	11.032	12.272	2.373	25.677	(2.253)	23.424
<b>Total - Faturado</b>	<b>587.306</b>	<b>369.486</b>	<b>93.591</b>	<b>1.050.383</b>	<b>(91.773)</b>	<b>958.610</b>
Não faturado	528.631	–	–	528.631	–	528.631
<b>Total</b>	<b>1.115.937</b>	<b>369.486</b>	<b>93.591</b>	<b>1.579.014</b>	<b>(91.773)</b>	<b>1.487.241</b>

<b>Concessionárias e permissionárias:</b>						
Energia no curto prazo - CCEE	12.064	–	–	12.064	–	12.064
Encargos de uso da rede	140	–	–	140	–	140
Outros	2.798	–	–	2.798	–	2.798
<b>Total</b>	<b>15.002</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>15.002</b>	<b>–</b>	<b>15.002</b>
<b>Total - CIRCULANTE</b>	<b>1.130.939</b>	<b>369.486</b>	<b>93.591</b>	<b>1.594.016</b>	<b>(91.773)</b>	<b>1.502.243</b>

Consolidado					
2011					
Saldo vincendos	Saldo vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido
	até 90 dias	mais de 90 dias			

<b>CIRCULANTE</b>						
<b>Consumidores - fornecimento:</b>						
Residencial	214.921	257.529	39.996	512.446	(46.964)	465.482
Industrial	50.453	34.911	32.100	117.464	(22.623)	94.841
Comercial	130.513	76.463	34.517	241.493	(25.694)	215.799
Rural	89	79	7	175	(1)	174
<b>Poder público:</b>						
Federal	2.736	1.033	298	4.067	(318)	3.749
Estadual	8.716	2.746	2.283	13.745	(2.132)	11.613
Municipal	13.682	4.420	1.796	19.898	(5.142)	14.756
Iluminação pública	14.590	1.773	1.153	17.486	(572)	16.914
Serviço público	10.374	12.578	2.634	25.586	(1.475)	24.111
<b>Total - faturado</b>	<b>446.044</b>	<b>391.532</b>	<b>114.784</b>	<b>952.360</b>	<b>(104.921)</b>	<b>847.439</b>
Não faturado	542.907	–	–	542.907	–	542.907
<b>Total</b>	<b>988.951</b>	<b>391.532</b>	<b>114.784</b>	<b>1.495.267</b>	<b>(104.921)</b>	<b>1.390.346</b>
<b>Concessionárias e permissionárias:</b>						
Energia no curto prazo - CCEE	24.820	–	–	24.820	–	24.820
Encargos de uso da rede	513	–	–	513	–	513
<b>Total</b>	<b>25.333</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>25.333</b>	<b>–</b>	<b>25.333</b>
<b>Total - CIRCULANTE</b>	<b>1.014.284</b>	<b>391.532</b>	<b>114.784</b>	<b>1.520.600</b>	<b>(104.921)</b>	<b>1.415.679</b>

(\*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - vide nota explicativa nº 10.

As contas a receber apresentadas acima são classificadas como empréstimos e recebíveis e, portanto, mensuradas pelo custo amortizado.

Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

Na condição de prestadora de serviço público de distribuição, a controlada Eletropaulo deve fornecer energia a todos os consumidores que solicitarem ligação à infraestrutura da concessão.

**6. Tributos a recuperar**

Imposto de renda e contribuição social compensáveis	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
<b>CIRCULANTE</b>				
Contribuição social	–	–	63.584	7.220
Imposto de renda	–	–	159.204	29.479
Imposto de renda retido na fonte	4.636	5.320	14.516	16.648
<b>Subtotal</b>	<b>4.636</b>	<b>5.320</b>	<b>237.304</b>	<b>53.347</b>

Outros tributos compensáveis	Consolidado	
	2012	2011
<b>CIRCULANTE</b>		
Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS	2.081	2.074
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	68.166	58.525
ICMS - Transferência de créditos (*)	2.403	–
Cofins	19.464	18.296
Pis	5.432	5.179
Pis - Crédito tributário (**)	84.782	–
Outros	164	151
<b>Subtotal</b>	<b>182.492</b>	<b>84.225</b>
INSS - auxílio doença - nota explicativa nº 10	(1.963)	(1.963)
<b>Saldo líquido de PCLD</b>	<b>180.529</b>	<b>82.262</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Pis - Crédito tributário (**)	–	60.609
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	52.303	43.401
<b>Subtotal</b>	<b>52.303</b>	<b>104.010</b>
<b>Total geral</b>	<b>234.795</b>	<b>188.235</b>

(\*) Transferência de créditos acumulados de Impostos Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, em favor da controlada Eletropaulo, em consonância com o Artigo 84 do Decreto nº 45.490/2000 e autorização concedida pela Secretária Estadual da Fazenda - SEFAZ-SP.

(\*\*) PIS Compensação: ação judicial que busca o reconhecimento dos créditos de PIS originados pelas alterações contidas nos Decretos nºs 2.445 e 2.449 de 1988, na medida em que a cobrança de tais quantias foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Houve decisão favorável definitiva em maio de 2012. A controlada Eletropaulo revisou os cálculos e apurou um crédito adicional de R\$ 22.890 (sendo R\$ 4.412 de principal no resultado operacional e R\$ 18.478 de variação monetária no resultado financeiro) que foi contabilizado em setembro de 2012. A controlada Eletropaulo espera compensar este tributo com tributos federais em um ano. Desta forma, todo o saldo foi reclassificado para o circulante.

**7. Tributos e contribuições sociais diferidos**

O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:	Consolidado			
	Balanço Patrimonial		Resultado	
	2012	2011	2012	2011
Provisão de benefício a empregados	255.444	291.040	(35.596)	(40.784)
Provisão para processos judiciais e outros	155.178	154.781	397	(45.536)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	119.535	138.060	(18.525)	(27.010)
Reversão dos ativos e passivos regulatórios para fins de CPC	(245.073)	(45.767)	(199.306)	(2.771)
Ajustes de avaliação patrimonial/mais valia	(709.520)	(755.827)	46.307	49.394
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa	167.541	–	167.541	–
Atualização do ativo financeiro de concessão (*)	5.140	(37.554)	5.140	–
Diferença na taxa de depreciação/amortização	102.313	88.923	13.390	20.623
Outros	(9.727)	14.389	(24.118)	(27.768)
<b>Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>(159.169)</b>	<b>(151.955)</b>	<b>(44.770)</b>	<b>17.818</b>
<b>Passivo fiscal diferido, líquido</b>	<b>159.169</b>	<b>151.955</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
	<b>2012</b>	<b>2011</b>		
Tributos diferidos ativos	913.401	940.496		
Tributos diferidos passivos	(1.072.570)	(1.092.451)		
	<b>(159.169)</b>	<b>(151.955)</b>		

Devido principalmente aos impactos da revisão tarifária, a controlada Eletropaulo apurou prejuízo fiscal para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e constituiu impostos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$ 167.541, os quais possuem expectativa de realização nos próximos exercícios.

(\*) Conforme descrito na nota explicativa nº 3.3, a controlada Eletropaulo em 31 de dezembro de 2012 reconheceu no resultado do exercício corrente, o saldo referente à estimativa de atualização do ativo financeiro de concessão anteriormente reconhecida no patrimônio líquido. Desta forma, os tributos diferidos anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido foram também registrados no resultado do exercício corrente.

Movimentação dos impostos diferidos			
	2012		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>			<b>(118.256)</b>
Impacto no resultado			(18.316)
Impacto no patrimônio líquido			(13.920)
Transferência para atividade descontinuada			(1.463)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>			<b>(151.955)</b>
Impacto no resultado			(44.770)
Impacto no patrimônio líquido			37.556
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>			<b>(159.169)</b>

De acordo com a Instrução CVM nº 371, a controlada Eletropaulo elaborou, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 estudo técnico demonstrando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros em um período de 10 anos, os quais deverão ser suficientes para garantir a realização dos tributos diferidos ativos. Esse estudo técnico foi aprovado pelo Conselho de Administração da controlada Eletropaulo em 12 de dezembro de 2012.

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativa da Administração, a controlada Eletropaulo estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

	2012		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
<b>Prazo de recuperação dos tributos diferidos ativos:</b>			
2013		159.145	57.292
2014		136.438	49.118
2015		100.058	36.021
2016		97.199	34.992
2017		85.736	30.865
2018 - 2020		92.075	33.147
2021 - 2022		967	348
		<b>671.618</b>	<b>241.783</b>
			<b>913.401</b>

A controlada Eletropaulo revisa anualmente o valor contábil dos tributos diferidos ativos e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à provisão inicial da Administração da controlada.

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da controlada Eletropaulo foram baseadas nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da mesma e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

A Companhia não registra impostos diferidos sobre créditos fiscais enquanto suas operações não apresentarem base tributável de resultados que garantam a realização desses créditos. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia acumula prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias ativas no montante de R\$ 1.054.576, R\$ 1.290.528 e R\$ 695.002 (R\$ 1.059.021, R\$ 1.294.974 e R\$ 646.710 em 31 de dezembro de 2011), respectivamente.

**8. Contas a receber - acordos e outras contas a receber**

A composição do saldo do contas a receber - acordos é como segue:

Consolidado	
2012	2011

<b>CIRCULANTE</b>		
<b>Termo de confissão de dívida:</b>		
Prefeitura municipal de São Paulo (i)	–	75.453
Prefeituras municipais diversas	24.115	28.617
Consumidores	209.449	151.678
Outros	751	1.770
<b>Subtotal</b>	<b>234.315</b>	<b>257.518</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PMSP - nota explicativa nº 10	–	(75.453)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Consumidores - nota explicativa nº 10	(175.258)	(148.454)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - acordos outros - nota explicativa nº 10	(19.143)	(20.414)
<b>Saldo Líquido de PCLD</b>	<b>39.914</b>	<b>13.197</b>

<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>Termo de confissão de dívida:</b>		
Prefeituras municipais diversas	50.314	70.534
Consumidores	29.426	24.246
<b>Subtotal</b>	<b>79.740</b>	<b>94.780</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - consumidores - nota explicativa nº 10	(27.527)	(5)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - prefeituras municipais diversas - nota explicativa nº 10	(37.050)	(53.948)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - acordos outros - nota explicativa nº 10	–	(16)
<b>Saldo Líquido de PCLD</b>	<b>15.163</b>	<b>40.811</b>

(i) Refere-se a acordo para novação e pagamento de dívidas e outras avenças entre a controlada Eletropaulo e a Prefeitura do Município de São Paulo (Prefeitura) celebrado em 5 de janeiro de 2009, no montante de R\$ 344.161, cujo o pagamento foi efetuado em quatro parcelas, sendo a primeira no montante de R\$ 117.800 em 30 de julho de 2009 e três parcelas anuais no montante de R\$ 75.453. Em 30 de julho de 2012 a Prefeitura efetuou o pagamento da quarta e última parcela do referido acordo.

**9. Outros créditos**

Consolidado	
2012	2011

<b>CIRCULANTE</b>		
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - Cosip	35.777	32.155
Alienação de bens e direitos	482	4.061
Financiamento à Cesp	222	317
Cauções e depósitos vinculados (*)	67.531	51.070
Outros	26.809	18.151
<b>Total</b>	<b>130.821</b>	<b>105.754</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - outros créditos - diversos - nota explicativa nº 10	–	(74)
<b>Saldo Líquido de PCLD</b>	<b>130.821</b>	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controlada
	Eletropaulo
Quantidade total de ações do capital social	167.343.887
Quantidade de participação:	
- Ordinárias	51.825.798
Capital social - 31.12.2011	1.057.629
Capital social - 31.12.2012	1.157.629
Percentual de participação - 31.12.2011	30,97%
Percentual de participação - 31.12.2012	30,97%
Percentual de participação em ações ordinárias - 31.12.2011	77,81%
Percentual de participação em ações ordinárias - 31.12.2012	77,81%
Mutação do patrimônio líquido da investida:	
<b>Patrimônio líquido em 31.12.2011</b>	<b>4.009.711</b>
Resultado do exercício	107.946
Juros sobre capital próprio	(54.318)
Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos	5.114
Dividendos complementares excedentes ao mínimo obrigatório	(419.016)
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório	(538)
Atualização do ativo financeiro de concessão (líquido de impostos)	(72.900)
Remuneração com base em ações	845
<b>Patrimônio líquido em 31.12.2012</b>	<b>3.576.844</b>
Movimentação do investimento:	
<b>Investimento avaliado pela equivalência - 31.12.2011</b>	<b>1.236.712</b>
Resultado de equivalência patrimonial	33.431
Ganho/perda de investimento registrado no resultado	(11.862)
Reversão de dividendos prescritos de controladas	1.583
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(134.895)
Atualização do ativo financeiro de concessão	(22.577)
<b>Investimento avaliado pela equivalência - 31.12.2012</b>	<b>1.102.392</b>
A reserva de opções outorgadas que, em 31 de dezembro de 2012 montava a R\$ 17.297, poderá ser utilizada para aumento de capital em favor da The AES Corporation. Desta forma, o referido montante não afeta o cálculo do investimento com a controlada Eletropaulo.	
Em 28 de dezembro de 2012 foi aprovado, em Assembleia Extraordinária, o aumento de capital social da controlada Eletropaulo em R\$ 100.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização parcial da reserva estatutária, resultando em um capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 1.157.629 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 1.057.629 em 31 de dezembro de 2011). Este capital corresponde à 66.604.817 ações ordinárias e 100.739.070 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.	

**13. Imobilizado - arrendamento mercantil financeiro**

No grupo do ativo imobilizado são apresentados os bens que não estão no escopo do ICPC 01, sendo eles:

Descrição	Controladora		Taxa média anual de depreciação	Consolidado	
	2012	2011		2012	2011
<b>Em serviço</b>					
<b>Custo histórico</b>					
Terrenos	95	95		95	95
Arrendamento financeiro	–	–		21.149	26.075
<b>Total custo histórico</b>	<b>95</b>	<b>95</b>		<b>21.244</b>	<b>26.170</b>
<b>Depreciação e amortização</b>					
Arrendamento financeiro	–	–	23,45%	(15.040)	(16.611)
<b>Total do imobilizado</b>	<b>95</b>	<b>95</b>		<b>6.204</b>	<b>9.559</b>

Os bens do ativo imobilizado classificados como arrendamento mercantil financeiro referem-se basicamente a veículos e equipamentos de informática.

**14. Intangível**

A composição do saldo de ativos intangíveis da controlada Eletropaulo é como segue:

Descrição	Controlada Eletropaulo							
	2012	2011						
<b>Ativo intangível de concessão</b>								
Ativo intangível	6.995.342	6.953.239						
Amortização acumulada	(1.238.140)	(1.079.925)						
<b>Total do ativo intangível de concessão - nota explicativa nº 11</b>	<b>5.757.202</b>	<b>5.873.314</b>						
O saldo do intangível refere-se substancialmente ao direito de uso da infraestrutura da concessão, que é reconhecido na medida em que a controlada Eletropaulo tem o direito (autorização) de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos.								
A movimentação do ativo intangível é como segue:								
	Em curso		Em serviço		Total do ativo intangível de concessão	Outros Intangíveis (**)	Total do Intangível	
	Intangível	(-) Obrigações especiais	Intangível	(-) Obrigações especiais				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>333.382</b>	<b>(17.509)</b>	<b>6.785.114</b>	<b>(625.685)</b>	<b>6.475.302</b>	<b>5.853.003</b>	<b>791.249</b>	<b>6.644.252</b>
Adições	770.603	(92.497)	9.256	–	687.362	(529.494)	157.868	157.868
Baixas	–	–	(82.153)	–	(82.153)	38.891	(43.262)	(43.262)
Amortização de obrigações especiais	–	–	–	–	–	32.977	32.977	(45.947)
Transferência	(456.022)	41.864	305.042	(18.156)	(127.272)	–	(127.272)	–
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>647.963</b>	<b>(68.142)</b>	<b>7.017.259</b>	<b>(643.841)</b>	<b>6.953.239</b>	<b>(1.079.925)</b>	<b>5.873.314</b>	<b>6.618.616</b>
Adições	863.488	(184.333)	8.379	–	687.534	(480.945)	206.589	206.589
Baixas	–	–	(307.602)	4.463	(303.139)	219.964	(83.175)	(83.175)
Amortização de obrigações especiais	–	–	–	–	–	34.497	34.497	(45.946)
Transferência	(589.556)	62.989	425.311	(38.760)	(140.016)	–	(140.016)	–
Transferência para ativo financeiro de concessão (*)	–	–	(202.276)	–	(202.276)	68.269	(134.007)	–
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>921.895</b>	<b>(189.486)</b>	<b>6.941.071</b>	<b>(678.138)</b>	<b>6.995.342</b>	<b>(1.238.140)</b>	<b>5.757.202</b>	<b>6.995.342</b>

(\*) A alteração das taxas anuais de depreciação estabelecida pela Resolução Normativa nº 474 alterou o valor do ativo financeiro da concessão. Essa alteração reduziu a taxa média de depreciação dos ativos de 4,12% para 3,78% e consequentemente aumentou o valor estimado da parcela dos investimentos que não serão amortizados até o término do prazo da concessão. A controlada Eletropaulo registrou o impacto do aumento do ativo financeiro de concessão no montante de R\$ 134.007, em contrapartida à rubrica de ativos intangíveis de concessão.

(\*\*) A Companhia possui ativo intangível de concessão, decorrente da aquisição de participação na Eletropaulo que, anteriormente à adoção das normas internacionais de contabilidade, estava classificado como ágio. A sua amortização é reconhecida linearmente pelo prazo de vigência da concessão.

A ANEEL, em 7 de fevereiro de 2012, aprovou a Resolução Normativa nº 474, que alterou as taxas anuais de depreciação de alguns ativos em serviço em relação à Resolução ANEEL nº 367 (esta última vigente em 31 de dezembro de 2011). As alterações nas taxas são prospectivas e têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2012. Essa alteração reduziu a despesa de depreciação/amortização no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 em aproximadamente R\$ 46.162.

**15. Fornecedores**

	Consolidado	
	2012	2011
<b>CIRCULANTE</b>		
Itaipu	179.280	166.760
Contratos bilaterais - AES Tietê - nota explicativa nº 33.1	204.847	237.315
Contratos bilaterais - outros	–	9.411
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	19.445	14.320
Energia livre - Outros	62.265	57.450
Uso de rede básica	116.896	107.470
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	143.657	30.549
Conexão à rede básica	9.856	8.662
Transmissão	10.164	9.539
Uso do sistema de distribuição	1.394	2.278
Operador Nacional do Sistema - ONS	4.011	2.777
Leilão - CCEAR	394.725	253.011
<b>Subtotal</b>	<b>1.146.540</b>	<b>899.542</b>
Materiais e Serviços	235.849	163.562
<b>Total</b>	<b>1.382.389</b>	<b>1.063.104</b>

**16. Tributos a pagar**

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
<b>Imposto de renda e contribuição social a pagar</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Imposto de renda	2.437	–	4.138	1.655
Contribuição social	929	–	1.541	2.743
<b>Total</b>	<b>3.366</b>	<b>–</b>	<b>5.679</b>	<b>4.398</b>
<b>Outros tributos a pagar</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
<b>Tributos federais</b>				
Pis	–	352	10.714	12.259
Cofins	–	1.622	49.349	56.466
INSS	6	2	7.741	6.081
IRRF	4	3.138	7.381	12.380
Outros	1	2	2.793	9.398
<b>Subtotal - federais</b>	<b>11</b>	<b>5.116</b>	<b>77.978</b>	<b>96.584</b>
<b>Tributos estaduais</b>				
ICMS	–	–	252.065	357.341
ICMS - Perdas comerciais	–	–	3.631	–
<b>Subtotal - estaduais</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>255.696</b>	<b>357.341</b>
<b>Tributos municipais</b>				
ISS	–	–	1.366	1.062
<b>Subtotal - municipais</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>1.366</b>	<b>1.062</b>
<b>Total - outros tributos a pagar</b>	<b>11</b>	<b>5.116</b>	<b>335.040</b>	<b>454.987</b>

**17. Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro**

**17.1. Os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures não conversíveis e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma:**

	2012								
	Vencimento	Taxa efetiva (**) (%)	Circulante			Não circulante			Total
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Principal	Custos a amortizar	Total	
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>									
<i>Moeda estrangeira:</i>									
STN - Resolução nº 96/1993	2013	6,00	1	30	31	–	–	–	–
<i>Moeda nacional:</i>									
RELUZ - Eletrobrás - SBC - a.8	2015	5,00	–	881	–	881	1.321	–	1.321
BNDES Finame - a.9	2016	8,70	48	891	–	939	3.692	–	3.692
FINEP (*) - a.10	2020	4,00	35	(760)	–	(725)	17.344	–	17.344
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - a.12	2019	CDI+2,00	4.301	30.000	(1.843)	32.458	540.000	(7.679)	532.321
Outros			275	–	–	275	–	–	–
<b>Total</b>			<b>4.660</b>	<b>31.042</b>	<b>(1.843)</b>	<b>33.859</b>	<b>562.357</b>	<b>(7.679)</b>	<b>554.678</b>
<b>Debêntures</b>									
Debêntures - 9ª Emissão - a.1	2018	CDI+2,33	7.387	–	(2.053)	5.334	250.000	(7.441)	242.559
Debêntures - 11ª Emissão - a.3	2018	CDI+1,86	2.586	–	(126)	2.460	200.000	(660)	199.340
Debêntures - 13ª Emissão - a.5	2020	CDI+1,90	3.949	20.000	(949)	23.000	380.000	(4.468)	375.532
Debêntures - 14ª Emissão - a.6	2021	CDI+1,66	4.126	–	(374)	3.752	600.000	(4.027)	595.973
Debêntures - 15ª Emissão - a.7	2018	CDI+1,40	13.037	–	(775)	12.262	750.000	(3.620)	746.380
<b>Total</b>			<b>31.085</b>	<b>20.000</b>	<b>(4.277)</b>	<b>46.808</b>	<b>2.180.000</b>	<b>(20.216)</b>	<b>2.159.784</b>
<b>Arrendamento financeiro</b>									
Arrendamento financeiro - a.13		8,51 a	–	–	–	–	–	–	–
		13,90	–	4.494	–	4.494	2.596	–	2.596
<b>Total</b>			–	<b>4.494</b>	–	<b>4.494</b>	<b>2.596</b>	–	<b>2.596</b>
<b>Total da dívida</b>			<b>35.745</b>	<b>55.536</b>	<b>(6.120)</b>	<b>85.161</b>	<b>2.744.953</b>	<b>(27.895)</b>	<b>2.717.058</b>

(\*) O saldo de FINEP está apresentado líquido das Subvenções Governamentais.

	Vencimento	Taxa efetiva (**) (%)	2011						
			Circulante			Não circulante			
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>									
<i>Moeda estrangeira:</i>									
STN - Resolução nº 96/1993	2013	6,00	1	28	–	29	28	–	28
<i>Moeda nacional:</i>									
RELUZ - Eletrobrás - SBC - a.8	2015	5,00	–	754	–	754	1.885	–	1.885
BNDES - Finame - a.9	2016	8,70	30	–	–	30	4.029	–	4.029
Cédulas de Crédito Bancário - Citibank (CCB's) - a.11	2015	CDI+2,51	3.173	50.000	(980)	52.193	150.000	(1.407)	148.593
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - a.12	2019	CDI+2,00	7.395	30.000	(1.804)	35.591	570.000	(9.523)	560.477
Outros			275	–	–	275	–	–	–
<b>Total</b>			<b>10.874</b>	<b>80.782</b>	<b>(2.784)</b>	<b>88.872</b>	<b>725.942</b>	<b>(10.930)</b>	<b>715.012</b>
<b>Debêntures</b>									
Debêntures - 9ª Emissão - a.1	2018	CDI+2,42	11.678	–	(837)	10.841	250.000	(4.801)	245.199
Debêntures - 10ª Emissão - a.2	2013	CDI+2,07	13.956	199.980	(2.243)	211.693	199.980	(1.076)	198.904
Debêntures - 11ª Emissão - a.3	2018	CDI+1,86	4.131	–	(112)	4.019	200.000	(786)	199.214
Debêntures - 12ª Emissão - a.4	2014	CDI+1,50	11.927	–	(780)	11.147	400.000	(1.162)	398.838
Debêntures - 13ª Emissão - a.5	2020	CDI+1,90	6.508	–	(859)	5.609	400.000	(5.416)	394.584
<b>Total</b>			<b>48.200</b>	<b>199.980</b>	<b>(4.871)</b>	<b>243.309</b>	<b>1.449.980</b>	<b>(13.241)</b>	<b>1.436.739</b>
<b>Arrendamento financeiro</b>									
Arrendamento financeiro - a.13		10,11 a	–	–	–	–	–	–	–
		13,90	–	7.977	–	7.977	4.076	–	4.076
<b>Total</b>			–	<b>7.977</b>	–	<b>7.977</b>	<b>4.076</b>	–	<b>4.076</b>
<b>Total da dívida</b>			<b>59.074</b>	<b>288.739</b>	<b>(7.655)</b>	<b>340.158</b>	<b>2.179.978</b>	<b>(24.171)</b>	<b>2.155.8</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**17.4 Em 31 de dezembro de 2012, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures, e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:**

	Moeda nacional			
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Custo a amortizar
2014	64.675	20.000	1.518	(6.514)
2015	64.616	115.000	739	(6.479)
2016	123.400	465.000	339	(5.731)
2017	122.893	355.000	-	(4.244)
2018	123.035	565.000	-	(2.943)
2019	63.190	260.000	-	(1.234)
2020	548	220.000	-	(523)
após 2020	-	180.000	-	(227)
<b>Total</b>	<b>562.357</b>	<b>2.180.000</b>	<b>2.596</b>	<b>(27.895)</b>

**17.5 As principais moedas e indexadores utilizados para atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:**

	2012	2011	2012	2011
	R\$	R\$	%	%
US\$ (Ptax)	2,0435	1,8758	8,94	12,58
CDI (*)	-	-	6,90	10,87

(\*) Índice do último dia do exercício

**17.6 A movimentação dos empréstimos e financiamentos, debêntures, e encargos de dívidas é como segue:**

Moeda Nacional e Estrangeira Instituições Financeiras/ Credores	Saldo inicial 31.12.2011	Ingressos	Provisão	Varição	Paga-mentos	Custo de em-préstimos	Subvenções governa-mentais (*)	Saldo final 31.12.2012
STN - Resolução nº 96/93	57	-	3	3	(32)	-	-	31
BNDES Finame	4.059	554	393	-	(375)	-	-	4.631
FINEP	-	20.082	343	-	(308)	-	(3.498)	16.619
RELUZ - Eletrobrás - SBC	2.639	455	175	-	(1.067)	-	-	2.202
Cédulas de Crédito Bancário - Citibank (CCB's)	200.786	-	14.593	-	(217.766)	2.387	-	-
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's)	596.068	-	58.166	-	(91.259)	1.804	-	564.779
Arrendamento Mercantil	12.053	1.402	1.073	-	(7.438)	-	-	7.090
Outros	275	-	3.304	-	(3.304)	-	-	275
<b>Total</b>	<b>815.937</b>	<b>22.493</b>	<b>78.050</b>	<b>3</b>	<b>(321.549)</b>	<b>4.191</b>	<b>(3.498)</b>	<b>595.627</b>
Debêntures - 9ª Emissão	256.040	-	24.563	-	(33.901)	1.191	-	247.893
Debêntures - 10ª Emissão	410.597	-	30.605	-	(444.522)	3.320	-	-
Debêntures - 11ª Emissão	203.233	-	19.989	-	(21.535)	113	-	201.800
Debêntures - 12ª Emissão	409.985	-	34.696	-	(446.624)	1.943	-	-
Debêntures - 13ª Emissão	400.193	-	38.945	-	(41.503)	897	-	398.532
Debêntures - 14ª Emissão	-	600.000	57.202	-	(57.803)	326	-	599.725
Debêntures - 15ª Emissão	-	750.000	10.616	-	(2.139)	165	-	758.642
<b>Total</b>	<b>1.680.048</b>	<b>1.350.000</b>	<b>216.616</b>	<b>-</b>	<b>(1.048.027)</b>	<b>7.955</b>	<b>-</b>	<b>2.206.592</b>
<b>Total Geral</b>	<b>2.495.985</b>	<b>1.372.493</b>	<b>294.666</b>	<b>3</b>	<b>(1.369.576)</b>	<b>12.146</b>	<b>(3.498)</b>	<b>2.802.219</b>

(\*) Movimentação conforme nota explicativa nº 18.

Moeda Nacional e Estrangeira Instituições Financeiras/Credores	Saldo inicial 31.12.2010	Ingressos	Provisão	Varição	Paga-mentos	Custo de em-préstimos	Saldo final 31.12.2011
STN - Resolução nº. 96/93	75	-	5	6	(29)	-	57
BNDES Finame	-	4.029	96	(66)	(66)	-	4.059
RELUZ - Eletrobrás - SBC	3.393	-	151	-	(905)	-	2.639
Cédulas de Crédito Bancário - Citibank (CCB's)	250.397	-	27.323	-	(78.106)	1.172	200.786
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's)	594.542	-	77.107	-	(77.216)	1.635	596.068
Arrendamento financeiro	15.404	1.117	3.422	-	(7.890)	-	12.053
Outros	275	-	3.304	-	(3.304)	-	275
<b>Total</b>	<b>864.086</b>	<b>5.146</b>	<b>111.408</b>	<b>6</b>	<b>(167.516)</b>	<b>2.807</b>	<b>815.937</b>
Debêntures - 9ª Emissão	254.678	-	33.112	-	(32.478)	728	256.040
Debêntures - 10ª Emissão	613.430	-	67.362	-	(273.420)	3.225	410.597
Debêntures - 11ª Emissão	203.087	-	26.356	-	(26.308)	98	203.233
Debêntures - 12ª Emissão	408.867	-	50.345	-	(49.934)	707	409.985
Debêntures - 13ª Emissão	399.190	-	51.391	-	(51.193)	805	400.193
<b>Total</b>	<b>1.879.252</b>	<b>-</b>	<b>228.566</b>	<b>-</b>	<b>(433.333)</b>	<b>5.563</b>	<b>1.680.048</b>
<b>Total Geral</b>	<b>2.743.338</b>	<b>5.146</b>	<b>339.974</b>	<b>6</b>	<b>(600.849)</b>	<b>8.370</b>	<b>2.495.985</b>

**17.7 Compromissos financeiros - "Covenants"**

Como forma de monitoramento da situação financeira da controlada Eletropaulo pelos credores envolvidos em contratos financeiros são utilizados *covenants* financeiros em alguns contratos de dívida.

A Administração da controlada Eletropaulo mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

- Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado(\*) dos últimos 12 meses. Conforme definido no contrato com os bancos, este índice deve ser inferior a 3,5 vezes.
- Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado (\*) sobre despesa financeira caixa dos últimos 12 meses. Conforme definido no contrato com os bancos este índice deve ser superior a 1,75 vezes.

Em 31 de dezembro de 2012, estes índices eram de:

- Dívida líquida/EBITDA ajustado = 4,9 vezes
- EBITDA ajustado/despesa financeira = 2,04 vezes

Conforme descrito nos contratos de dívida, o não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Sendo assim, em 31 de dezembro de 2012, a controlada Eletropaulo não estava em descumprimento dos termos dos *covenants*.

A controlada Eletropaulo também acompanha outros *covenants* qualitativos, os quais em 31 de dezembro de 2012 foram atendidos.

(\*) EBITDA ajustado - corresponde ao resultado do serviço da controlada Eletropaulo conforme demonstrativo de resultado, excluindo todos os montantes de depreciação e amortização e despesas com a Fundação CESP. Adicionalmente, é ajustado com o impacto dos ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado), conforme as regras regulatórias determinadas pela ANEEL, desde que não tenham sido incluídos no resultado do serviço mencionado anteriormente.

## 18. Subvenções governamentais

Conforme mencionado na nota explicativa nº 17, a controlada Eletropaulo possui atualmente uma linha de empréstimos e financiamentos caracterizados como subvenções governamentais, o FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos. A realização dessa subvenção governamental ocorrerá no mesmo período da realização dos projetos e dos ativos adquiridos com estes recursos.

Essas subvenções governamentais foram recebidas para o financiamento de projetos de inovação através do "FINEP". Não existem condições ou contingências não cumpridas pela controlada Eletropaulo atreladas a essas subvenções.

A movimentação das subvenções governamentais em 31 de dezembro de 2012 é como segue:

	Saldo inicial 31.12.2011	Recebidas durante o período	Baixas no resultado	Saldo final 31.12.2012
FINEP	-	3.827	(329)	3.498
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>3.827</b>	<b>(329)</b>	<b>3.498</b>
Circulante	-	-	-	760
Não circulante	-	-	-	2.738
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.498</b>

Em 31 de dezembro de 2012, as parcelas relativas às subvenções governamentais, atualmente classificadas no passivo não circulante, terão os seguintes prazos de realização:

	Subvenção governamental
2014	760
2015	653
2016	538
2017	408
2018	266
2019 a 2020	113
<b>Total</b>	<b>2.738</b>

## 19. Obrigações com entidade de previdência privada

A controlada Eletropaulo patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela controlada Eletropaulo.

A controlada Eletropaulo, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

O custeio do plano para as parcelas de benefício definido é paritário entre a controlada Eletropaulo e os empregados, sendo as taxas reavaliadas anualmente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (de 1% a 100% sobre 30% do salário real de contribuição), com contrapartida da controlada Eletropaulo até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração de contribuição.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao novo modelo implementado no momento da privatização da controlada Eletropaulo, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

Os custos de patrocínio dos planos de pensão e eventuais déficits / (superávits) dos planos são contabilizados em atendimento à Deliberação CVM nº 600/2009.

As contribuições, os custos e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliações realizadas por atuários independentes, sendo as últimas efetuadas em 31 de dezembro de 2012.

A avaliação atuarial dos planos adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

Ativos e Passivos atuariais:

	Controlada Eletropaulo	
	2012	2011
Valor presente das obrigações atuariais	12.489.418	9.796.162
Valor justo dos ativos do plano	(8.525.610)	(7.355.487)
Perda atuarial não reconhecida (*)	(2.830.128)	(1.210.129)
<b>Total registrado</b>	<b>1.133.680</b>	<b>1.230.546</b>
(*) A controlada Eletropaulo utiliza o método do corredor para o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais (esta política contábil é somente válida até o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 - vide nota explicativa nº 19.2).		
As movimentações do valor presente das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são demonstradas a seguir:		
	Controlada Eletropaulo	
	2012	2011
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	9.796.162	9.085.610
Custo dos serviços correntes	16.350	14.663
Custo dos juros	916.615	873.037
Benefícios pagos	(775.655)	(728.568)
Contribuições dos empregados	5.875	5.450
Efeito de transferências de passivo	-	2.556
Perda atuarial	2.530.071	543.414
<b>Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício</b>	<b>12.489.418</b>	<b>9.796.162</b>

As movimentações dos processos judiciais e outros são como seguem:

	Controladora					Consolidado					
	Passivo					Passivo					
	31.12.2011	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	31.12.2011	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	31.12.2012
Trabalhista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano Cruzado - reajuste de tarifa	-	-	-	-	-	313.343	143.002	14.399	(91.853)	(98.198)	280.693
Processos cíveis	-	-	-	-	-	23.661	5.448	1.654	(10.297)	(4.417)	16.049
Processos regulatórios	-	-	-	-	-	43.031	16.657	6.175	(20.322)	(5.054)	40.487
Processos administrativos - prefeituras	-	-	-	-	-	26.916	38.783	4.724	(1.488)	-	68.935
Processos fiscais	11.616	3.441	906	-	-	725	-	725	-	-	
Meio ambiente	-	-	-	-	-	15.963	11.616	14.495	17.073	65.679	179.334
Outros	-	-	-	-	-	5.477	-	5.477	-	-	
<b>Total geral</b>	<b>11.616</b>	<b>3.441</b>	<b>906</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.963</b>	<b>502.429</b>	<b>216.279</b>	<b>30.795</b>	<b>(135.814)</b>	<b>(112.559)</b>
Circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	170.019
Não circulante	11.616	-	-	-	-	15.963	333.725	216.279	33.725	475.980	331.111
<b>Total geral</b>	<b>11.616</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.963</b>	<b>502.429</b>	<b>216.279</b>	<b>30.795</b>	<b>(112.559)</b>	<b>501.130</b>

As movimentações do valor justo dos ativos do plano para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são demonstradas a seguir:

	2012	2011
Valor dos ativos do plano no início do exercício	7.355.487	7.094.038
Contribuição do empregador	260.811	252.101
Contribuições dos empregados	5.875	5.450
Impacto decorrente de fusões de planos	-	3.229
Ganhos/(Perdas) atuariais	890.497	(45.469)
Rendimento esperado dos ativos do plano	788.595	774.706
Benefícios pagos	(775.655)	(728.568)
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do exercício</b>	<b>8.525.610</b>	<b>7.355.487</b>

As despesas reconhecidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram as seguintes:

	Controlada Eletropaulo	
	2012	2011
Custo dos serviços correntes	16.350	14.663
Custo dos juros	916.615	873.037
Rendimento esperado dos ativos do plano	(788.595)	(774.707)
Impacto decorrente de passivo/ativo atuarial da Eletropaulo Telecom	-	(673)
Amortização de ganhos e perdas	15.346	-
<b>Total das despesas benefício definido</b>	<b>159.716</b>	<b>112.320</b>
Outras contribuições	6.993	-
<b>Total das despesas no exercício</b>	<b>166.709</b>	<b>112.320</b>
A movimentação da perda atuarial ainda não reconhecida, devido à utilização do método do corredor, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é como segue:		
	Controlada Eletropaulo	
	2012	2011
Saldo no início do exercício	-	(1.210.129)
Perda atuarial gerada pela taxa de desconto	-	(2.087.167)
Perda atuarial gerada pela experiência demográfica	-	(442.904)
Ganho atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	-	890.497
Amortização de perdas atuariais no resultado do exercício	-	15.346
Outras movimentações	-	4.229
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>-</b>	<b>(2.830.128)</b>

As principais categorias de ativos do plano estão demonstradas a seguir:

	Controlada Eletropaulo		Limites de alocação estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional
	2012	2011	
Renda fixa	77,19%	72,94%	até 100%
Renda variável	18,53%	22,84%	até 70%
Empréstimos a participantes	1,49%	1,70%	até 15%
Imóveis	2,79%	2,52%	até 8%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	



<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>
<b>31 de dezembro de 2012 e 2011</b>
<b>(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)</b>

<b>(w) FINSOCIAL</b>	Conforme destacado na nota explicativa nº 25.3, a Companhia absorveu R\$ 25.263 do prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, com parte da reserva estatutária.
Em julho de 2012 a controlada Eletropaulo foi intimada de 2 (dois) Despachos Decisórios que homologaram parcialmente as compensações realizadas com créditos da FINSOCIAL. Vale ressaltar que tais créditos decorrem de uma decisão judicial definitiva que o reconheceram, permanecendo a discussão somente com relação ao seu montante. O valor da parcela ainda não homologada é de R\$ 129.471 (atualizado até dezembro de 2012). Aguarda-se decisão sobre os recursos apresentados.	

<b>(x) COFINS - Anistia</b>	
Ação Judicial proposta pela controlada Eletropaulo em face da Fazenda Nacional visando o reconhecimento dos valores pagos a título de COFINS, considerando as reduções de multa e juros garantidas pela anistia prevista na Lei 9.779/99. Em maio de 2012, houve decisão de 2ª Instância reconhecendo o direito às reduções trazidas pela anistia. Contudo, no teor desta mesma decisão, foi proferido o entendimento de que os encargos legais de 20% sobre o valor do débito não teriam sido afastados pela anistia, permanecendo, portanto, a exigência com relação a este montante, que perfaz o valor de R\$ 138.600 (atualizado até 31 de dezembro de 2012).	

#### Cartas de fiança e caução

Em 31 de dezembro de 2012, a controlada Eletropaulo possui cartas de fiança para processos judiciais e compra de energia. As principais cartas de fiança da controlada Eletropaulo estão relacionadas abaixo:

<b>Natureza</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor</b>	<b>Taxa a.a.</b>
Fiscal	38	1.244.916	1,00% a 6,00%
Cível	2	5.893	1,65% a 1,75%
Trabalhista	25	46.143	1,00% a 6,00%
Comercial - compra de energia	18	9.262	1,00%

## 22. Encargos tarifários e do consumidor a recolher

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>CIRCULANTE</b>		
Conta de desenvolvimento energético - CDE	41.153	36.811
Quota para a CCC - sistemas isolados	28.757	54.348
Quota para a reserva global de reversão	11.610	10.650
Outras encargos	285	269
<b>Total</b>	<b>81.805</b>	<b>102.078</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Quota para a reserva global de reversão	2.705	27.088
	<b>2.705</b>	<b>27.088</b>

## 23. Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>CIRCULANTE</b>		
Pesquisa e desenvolvimento	19.448	13.113
Fundo nacional de desenvolvimento tecnológico	1.618	1.354
Ministério de Minas e Energia	809	677
Eficiência energética	26.404	25.583
<b>Subtotal</b>	<b>48.279</b>	<b>40.727</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Pesquisa e desenvolvimento	25.649	35.919
Eficiência energética	–	40.783
<b>Subtotal</b>	<b>25.649</b>	<b>76.702</b>
<b>Total</b>	<b>73.928</b>	<b>117.429</b>

As movimentações de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética são como segue:

	<b>31.12.2011</b>	<b>Provisões</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>Aplicações</b>	<b>Atualização monetária</b>	<b>31.12.2012</b>
Pesquisa e desenvolvimento	49.032	15.861	–	(23.366)	3.570	45.097
Fundo nacional de desenvolvimento tecnológico	1.354	15.861	(15.597)	–	–	1.618
Ministério de Minas e Energia	677	7.931	(7.799)	–	–	809
Eficiência energética	66.366	39.504	(82.836)	(82.836)	3.370	26.404
<b>Total</b>	<b>117.429</b>	<b>79.157</b>	<b>(23.396)</b>	<b>(106.202)</b>	<b>6.940</b>	<b>73.928</b>

	<b>31.12.2010</b>	<b>Provisões</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>Aplicações</b>	<b>Atualização monetária</b>	<b>31.12.2011</b>
Pesquisa e desenvolvimento	66.043	17.443	–	(40.193)	5.739	49.032
Fundo nacional de desenvolvimento tecnológico	2.805	17.443	(18.894)	–	–	1.354
Ministério de Minas e Energia	1.402	8.723	(9.448)	–	–	677
Eficiência energética	92.961	43.609	–	(79.299)	9.095	66.366
<b>Total</b>	<b>163.211</b>	<b>87.218</b>	<b>(28.342)</b>	<b>(119.492)</b>	<b>14.834</b>	<b>117.429</b>

## 24. Outras obrigações

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>CIRCULANTE</b>				
Devolução - obrigações vinculadas à concessão	–	–	38.323	38.597
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - cosip	–	–	48.787	45.851
Empréstimo compulsório Eletrobrás	–	–	568	1.287
Recebimento em duplicidade de clientes	–	–	18.417	14.794
Programa baixa renda	–	–	3.840	3.610
PIS/Cofins diferença de alíquota	–	–	–	6.676
Taxa de fiscalização - ANEEL	–	–	1.976	2.031
Adicional CCC- Lei nº 12.111	–	–	2.427	2.031
Ajuste de faturas - consumidores	–	–	11.274	8.931
Bônus Itaipu	–	–	2.797	2.423
Outras	423	450	47.777	46.014
<b>Total</b>	<b>423</b>	<b>450</b>	<b>176.186</b>	<b>172.245</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Adiantamento relacionado a venda de bens (*)	–	–	20.000	47.613
Outras	–	–	6.949	7.823
<b>Total</b>			<b>26.949</b>	<b>55.436</b>

(\*) Através da escritura pública de compromisso de compra e venda, lavrada em 2 de abril de 2007 e posteriores modificações, a controlada Eletropaulo se comprometeu a vender à Golf Village Empreendimentos Imobiliários S.A., imóveis de sua propriedade e posse pelo valor de R\$ 80.000. O reconhecimento contábil da venda ocorre somente quando da transferência efetiva da matrícula. Em dezembro de 2012, a controlada Eletropaulo concluiu a venda dos imóveis remanescentes, os quais ainda se encontravam sob sua posse e responsabilidade. Desta forma, o valor recebido a título de adiantamento e anteriormente classificado na rubrica de outras obrigações foi compensado com o valor dos imóveis transferidos (registrados na rubrica outros créditos - bens e direitos destinados à alienação). Adicionalmente, houve o reconhecimento no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 do efeito da correção monetária (resultado financeiro) relativo à venda no montante de R\$ 42.477.

Em 28 de dezembro de 2012, a controlada Eletropaulo celebrou Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra de Imóvel tendo por objeto a alienação de imóvel de sua propriedade (Cambuci) para a GTIS Cambuci Empreendimentos e Participações Ltda., sendo esta alienação sujeita à aprovação prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Como a controlada Eletropaula ainda possui propriedade e posse em relação ao imóvel situado no Cambuci, a assinatura do Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra de Imóvel não gerou impactos contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os quais são esperados até 2014. O valor recebido na assinatura do contrato no montante de R\$ 20.000 foi classificado como adiantamento na rubrica de outras obrigações.

## 25. Patrimônio

<b>25.1 Capital social</b>	
Em 31 de dezembro de 2012, o capital social autorizado da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 958.782, integralmente representado por 95.061.053, ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal (R\$ 958.782 representado por 95.061.053 ações em 31 de dezembro de 2011).	
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não houve emissão ou resgate de ações.	

<b>25.2 Composição acionária</b>				
	<b>2012</b>		<b>2011</b>	
	<b>Ordinárias</b>	<b>%</b>	<b>Ordinárias</b>	<b>%</b>
<b>Acionistas</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Companhia Brasileira de Energia	93.404.112	98,26	93.404.099	98,26
Outros	1.656.941	1,74	1.656.954	1,74
<b>Total das ações</b>	<b>95.061.053</b>	<b>100</b>	<b>95.061.053</b>	<b>100</b>

<b>25.3 Reserva de lucros</b>	
<b>(a) Reserva legal</b>	
De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social. A reserva legal poderá ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.	

<b>(b) Reserva estatutária</b>	
Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2011, foi aprovada a modificação do Estatuto Social da Companhia, para a criação de Reserva Especial para reforço do capital de giro e financiamento da manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia. A Administração pode propor à deliberação da Assembleia Geral a destinação de até 75% do lucro líquido ajustado a essa reserva estatutária. O saldo da referida reserva em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.	
De acordo com a legislação societária brasileira, o prejuízo do exercício deverá, obrigatoriamente, ser absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. Desta forma, a Companhia absorveu R\$ 25.263 do prejuízo do exercício com parte da reserva estatutária.	

<b>25.4 Ajustes de avaliação patrimonial</b>	
Em 31 de dezembro de 2012, o saldo do ajuste de avaliação patrimonial é composto somente pela mais valia dos ativos registrados na controlada Eletropaulo em 2007 (reavaliação de ativos), no montante de R\$ 228.800, líquido de imposto de renda e contribuição social (R\$ 232.629 em 31 de dezembro de 2011).	

A controlada Eletropaulo mudou prospectivamente sua política contábil e registrou no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, todo o efeito da estimativa do valor justo do ativo financeiro de concessão anteriormente registrada no patrimônio líquido. Desta forma, não há saldo reflexo registrado no patrimônio líquido da Companhia relacionado com estimativa do valor justo dos bens do ativo financeiro de concessão (em 31 de dezembro de 2011 o saldo líquido de imposto de renda e contribuição social é de R\$ 22.577). Os saldos estão sendo apresentados líquidos do imposto de renda e contribuição social, conforme segue.

	<b>%</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Mais valia dos ativos registrados na controlada Eletropaulo em 2007			
- Líquido de imposto de renda e contribuição social		738.778	751.144
Participação da Companhia na controlada Eletropaulo	30,97%	228.800	232.629
Atualização dos bens do ativo financeiro de concessão na controlada Eletropaulo			
- Líquido de imposto de renda e contribuição social		0	72.900
Participação da Companhia na controlada Eletropaulo	30,97%	–	22.577
Total dos ajustes de avaliação patrimonial		<b>228.800</b>	<b>255.206</b>

## 26. Destinação do resultado

O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

Os juros sobre o capital próprio são calculados em conformidade com os limites estabelecidos na legislação tributária brasileira e fazem parte da totalidade dos dividendos distribuídos no ano. O imposto de renda correspondente a 15% do valor dos juros sobre capital próprio.

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Lucro líquido do período	(30.675)	436.885
Realização do ajuste de avaliação patrimonial (reserva reavaliação, líquida)	3.829	26.375
Constituição de reserva legal	–	(23.163)
Constituição de reserva estatutária	–	(136.766)
Dividendos e JSCP prescritos	–	534
Ajuste por conta de dividendos e JSCP prescritos de controladas (i)	1.583	2.503
Absorção de prejuízos com reserva de lucros	25.263	–
<b>Subtotal</b>	–	<b>306.368</b>
Dividendos intermediários distribuídos	–	(128.000)
Juros sobre Capital Próprio propostos	–	(20.988)
Proposta de dividendos complementares excedentes ao mínimo obrigatório	–	(157.380)
<b>Saldo de Lucros Acumulados</b>	–	–

	<b>Ação</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
	<b>Tipo</b>	<b>R\$ p/ação</b>	<b>R\$ p/ação</b>
Dividendos intermediários distribuídos	ON	–	1,35
Juros sobre Capital Próprio propostos - (Bruto)	ON	–	0,22
Dividendos complementares propostos excedente ao mínimo obrigatório	ON	–	1,66

## 27. Lucro (Prejuízo) por ação

Os dados de lucro por ação são apresentados por tipo e natureza de ação. Tal apresentação está de acordo com a prática no Brasil de negociação e cotação de ações em lotes de ações.

A tabela a seguir apresenta o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Numerador:</b>		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício de operações continuadas	(30.675)	417.149
Lucro líquido do exercício de operações descontinuadas	–	19.736
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(30.675)	436.885
<b>Denominador (em milhares de ações):</b>		
Média ponderada do número de ações ordinárias	95.061	95.061
<b>Lucro básico e diluído por ação (em Reals - R\$)</b>		
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação ordinária de operações continuadas	(0,32269)	4,38822
Lucro básico e diluído por ação ordinária de operações descontinuadas	–	0,20760
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação ordinária - Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(0,32269)	4,59584

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações.

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão destas demonstrações contábeis.

## 28. Receita operacional líquida

	<b>Consolidado</b>					
	<b>2012</b>			<b>2011</b>		
	<b>Número de consumidores faturados (*)</b>	<b>MWh (*)</b>	<b>R\$</b>	<b>Número de consumidores faturados (*)</b>	<b>MWh (*)</b>	<b>R\$</b>

<b>Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica</b>						
<b>Classe de consumidores:</b>						
Residencial	6.094.754	17.029.132	6.622.458	5.956.173	16.407.714	6.458.449
Industrial	27.972	5.803.454	1.910.996	28.465	5.995.610	2.017.368
Comercial	340.098	11.815.282	4.125.763	344.606	11.614.381	4.151.582
Rural	774	31.369	3.661	769	29.971	3.523
<b>Poder Público:</b>						
Federal	1.281	179.159	61.600	1.273	171.761	60.435
Estadual	4.288	676.277	184.814	4.230	629.343	185.014
Municipal	9.722	456.835	171.861	9.365	449.959	174.547
Iluminação pública	1.902	886.737	181.580	1.613	872.695	175.404
Serviço público	1.319	691.671	189.605	1.295	645.478	183.289
Encargo de capacidade emergencial	–	–	9	–	–	9
Remuneração do ativo financeiro	–	–	156.661	–	–	148.426
Transferência para atividades de distribuição	–	–	(6.533.372)	–	–	(7.339.115)
<b>Subtotal - Fornecimento</b>	<b>6.482.110</b>	<b>37.569.916</b>	<b>7.075.636</b>	<b>6.347.789</b>	<b>36.816.912</b>	<b>6.218.931</b>
<b>Outras</b>						
PIS/Cofins diferença de alíquota	–	–	17.083	–	–	(36.505)
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda (**)	–	–	(23.845)	–	–	(17.214)
Transferência para obrigações especiais - excedente de reativos (**)	–	–	(75.000)	–	–	(35.150)
Não faturado	–	–	(16.774)	–	–	18.967
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	451	7.986.746	755.675	306	8.284.379	829.224
Transferência para atividades de distribuição	–	–	6.533.372	–	–	7.339.115
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda - TUSD (**)	–	–	(10.474)	–	–	(1.452)
Transferência para obrigações especiais - excedente de reativos - TUSD (**)	–	–	(11.935)	–	–	(2.712)
Remuneração do ativo financeiro - TUSD	–	–	12.358	–	–	14.325
Energia no curto prazo	–	–	103.015	–	–	50.887
Receita de construção	–	–	831.115	–	–	738.745
Outras receitas	–	–	123.468	–	–	122.992
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>6.482.561</b>	<b>45.556.662</b>	<b>15.313.694</b>	<b>6.348.095</b>	<b>45.101.291</b>	<b>15.240.153</b>
Quota para reserva global de reversão	–	–	(70.003)	–	–	(67.938)
Encargo de capacidade emergencial	–	–	(9)	–	–	(9)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	–	–	(79.157)	–	–	(87.218)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	–	–	(493.840)	–	–	(441.728)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**32. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos diferidos relativos a provisões temporariamente indedutíveis, prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e reserva de reavaliação são registrados nas contas patrimoniais (vide nota explicativa nº 7). A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

IRPJ	Controladora		Consolidado					
	2012		2011		2012		2011	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	

a) Composição dos tributos no resultado:  
Na rubrica de tributos:

Correntes	(2.569)	(934)	1	–	(3.647)	(517)	(533.209)	(199.927)
Diferidos	(227)	(82)	(95)	(240)	(32.919)	(11.851)	(13.316)	(5.000)
<b>Total</b>	<b>(2.796)</b>	<b>(1.016)</b>	<b>(94)</b>	<b>(240)</b>	<b>(36.566)</b>	<b>(12.368)</b>	<b>(546.525)</b>	<b>(204.927)</b>

b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:  
Resultado antes dos tributos

Adições (exclusões):	(26.863)	(26.863)	417.483	417.483	92.774	92.774	2.253.253	2.253.253
Juros sobre o capital próprio a pagar	–	–	(20.988)	(20.988)	(54.318)	(54.318)	(94.027)	(94.027)
Juros sobre o capital próprio a receber	15.867	15.867	21.336	21.336	15.867	15.867	21.336	21.336
Doações	–	–	–	–	2.738	2.738	16.845	16.845
Gratificação a administradores - parcela não dedutível	–	–	–	–	2.671	2.671	4.686	4.686
Benefício fiscal P&D -	–	–	–	–	–	–	–	–
Pesquisa e Desenvolvimento	–	–	–	–	(9.814)	(9.814)	(21.441)	(21.441)
Perdas indedutíveis no contas a receber	–	–	–	–	4.281	4.281	–	–
Perdas de Capital - Baixa de Imobilizado	–	–	–	–	9.184	9.184	12.998	12.998
Multas indedutíveis	–	–	–	–	1.805	1.805	2.804	2.804
Despesas indedutíveis	–	–	–	–	4.675	4.675	–	–
Resultado de equivalência patrimonial	(21.569)	(21.569)	(466.218)	(466.218)	–	–	–	–
Amortizações	45.946	45.946	45.946	45.946	45.946	45.946	45.946	45.946
Outros	1.438	1.438	2.215	2.215	9.699	9.705	27.813	30.095
<b>Total das adições (exclusões)</b>	<b>41.682</b>	<b>41.682</b>	<b>(417.709)</b>	<b>(417.709)</b>	<b>32.734</b>	<b>32.740</b>	<b>16.960</b>	<b>19.242</b>
Base de cálculo antes da compensação	14.819	14.819	(226)	(226)	125.508	125.514	2.270.213	2.272.495
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(4.446)	(4.446)	–	–	(4.446)	(4.446)	–	–
Base de cálculo (*)	10.373	10.373	(226)	(226)	121.062	121.068	2.270.213	2.272.495
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
<b>Despesa com tributos às alíquotas nominais</b>	<b>(2.593)</b>	<b>(934)</b>	–	–	<b>(31.377)</b>	<b>(11.296)</b>	<b>(567.553)</b>	<b>(204.525)</b>
Incentivos	–	–	–	–	–	–	21.541	–
Compensação de base de cálculo	–	–	–	–	–	–	24	–
Baixa IR/CS sobre PSAP	–	–	–	–	–	479	151	–
Ajuste IRPJ/CSLL - Baixa de Créditos Prescritos	–	–	–	–	(706)	–	(1.632)	(742)
Ajuste IRPJ/CSLL 2009 - Exclução P&D	–	–	–	–	–	–	–	–
Ajuste - IRPJ/CSLL 2010	–	–	–	–	–	–	–	–
Ajuste - IRPJ/CSLL 2011	–	–	–	–	(372)	(62)	1.149	413
Outros	(203)	(82)	–	–	(4.111)	(1.489)	(205)	(73)
<b>Total da (despesa) receita com tributos</b>	<b>(2.796)</b>	<b>(1.016)</b>	–	–	<b>(36.566)</b>	<b>(12.368)</b>	<b>(546.525)</b>	<b>(204.927)</b>
<b>Alíquota Efetiva</b>	–	–	–	–	<b>39,4%</b>	<b>13,3%</b>	<b>24,3%</b>	<b>9,1%</b>

(\*) A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$ 226, desta forma, não havendo imposto de renda e contribuição social correntes a pagar. Contudo, a Companhia efetuou o registro dos impostos diferidos passivos no montante de R\$ 335. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apurou imposto de renda e contribuição social correntes a pagar no montante de R\$ 3.503, devido basicamente ao reconhecimento dos juros sobre capital próprio a receber de sua controlada Eletropaulo. Em 2009, foi sancionada a Lei nº 11.941/2009, resultado da conversão em lei da Medida Provisória nº 449/2008, criando o chamado Regime Tributário de Transição ("RTT"), o qual, em síntese, busca neutralizar os impactos da adoção das novas práticas contábeis instituídas pela Lei nº 11.638/2007 e pelos artigos 37 e 38 da própria Lei nº 11.941/2009. Para os anos-calendário de 2008 e 2009, o RTT foi optativo e passou a ser obrigatório a partir do ano-calendário de 2010. A Companhia e sua controlada optaram pelo Regime Tributário de Transição, e desde 2008 vem registrando imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes oriundos da adoção das novas práticas contábeis (CPC's), não gerando impactos de caixa. Tal regime vigorará até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis.

**33. Partes relacionadas**

A Companhia é controlada diretamente pela Companhia Brasileira de Energia (Brasiliiana), a qual, por sua vez, é uma controlada indireta da The AES Corporation. A Brasiliiana é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objetivo exercer o controle direto, além do controle indireto da Companhia, das seguintes empresas operacionais: AES Tietê S.A. (Tietê), e AES Uruguiana Empreendimentos S.A. (Uruguiana S.A.), mediante participação direta no capital dessas sociedades.

Adicionalmente, a Brasiliiana detém o controle de uma comercializadora de energia elétrica e prestadora de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica (a AES Infoenergia Ltda., que teve sua denominação social alterada em 19 de novembro de 2012 para AES Serviços Tc Ltda.). Os investimentos detidos pela Brasiliiana em duas empresas de telecomunicações (Eletropaulo Telecomunicações Ltda. e AES Com Rio) foram vendidos em 31 de outubro de 2011.

**33.1 Partes relacionadas:**

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
<b>Ativo</b>				
Companhia Brasileira de Energia (ii)	–	–	15.112	14.184
AES Eletropaulo - juros sobre o capital próprio	13.487	18.135	–	–
AES Eletropaulo - dividendos	167	37.401	–	–
AES Sul - outros créditos	–	–	2.759	2.759
AES Sul - sublocação (vi)	–	–	6	–
AES Serviços TC Ltda. - outros créditos	–	–	–	37
<b>Passivo</b>	<b>13.654</b>	<b>55.536</b>	<b>17.877</b>	<b>16.980</b>
Companhia Brasileira de Energia - juros sobre o capital próprio	–	17.529	2.128	20.391
Companhia Brasileira de Energia - dividendos	–	–	25	5.901
AES Tietê - nota explicativa nº 15 (i)	–	–	204.847	237.315
AES Serviços TC Ltda. - corte/religação (v)	–	–	255	–
AES Big Sky (iii)	–	–	460	–
	–	17.529	207.715	263.607
<b>Patrimônio Líquido</b>				
Companhia Brasileira de Energia (iv)	429.200	429.200	429.200	429.200
	<b>429.200</b>	<b>429.200</b>	<b>429.200</b>	<b>429.200</b>

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
<b>Resultado</b>				
AES Tietê - nota explicativa nº 29 (i)	–	–	(1.982.718)	(1.858.254)
AES Big Sky (iii)	–	–	(2.260)	(5.121)
Companhia Brasileira de Energia	–	–	–	707.313
Companhia Brasileira de Energia (ii)	–	–	928	–
AES Serviços TC - corte/religação (v)	–	–	(1.820)	–
AES Tietê - sublocação (vi)	–	–	457	–
Companhia Brasileira de Energia - sublocação (vi)	–	–	1	–
AES Serviços TC Ltda. - sublocação (vi)	–	–	127	–
AES Sul - sublocação (vi)	–	–	25	–
AES Rio PCH - sublocação (vi)	–	–	1	–
AES Holdings Brasil - sublocação (vi)	–	–	1	–
Eletropaulo Telecomunicações - outras receitas (*)	–	–	–	3.244
Eletropaulo Telecomunicações - serviços de terceiros (*)	–	–	–	(3.053)
	–	–	<b>(1.985.258)</b>	<b>(1.155.871)</b>

- (\*) A Eletropaulo Telecomunicações Ltda. deixou de ser uma empresa do grupo AES Brasil em 31 de outubro de 2011.
- (i) Em dezembro de 2000, a controlada Eletropaulo assinou contrato de compra e venda de energia elétrica com a empresa coligada Tietê, pelo prazo de quinze anos. De acordo com esse contrato, a controlada Eletropaulo passou a comprar a partir de 2003 da Tietê a energia correspondente à redução de 25% ao ano nas quantidades dos contratos iniciais. Prazo de vigência deste contrato é 31 de dezembro de 2015. Esse contrato foi homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O preço médio no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 178,01 por MWh (R\$ 167,29 por MWh para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011). Este contrato é atualizado anualmente pelo IGP-M.
- (ii) Refere-se ao montante a receber da Companhia Brasiliiana relativo a venda da Eletropaulo Telecomunicações Ltda. para a Tim Celular S.A..
- (iii) Refere-se ao valor da contratação da prestação de serviços de processamento e operacionalização da gestão de sistemas informatizados e integrados com a empresa coligada AES Big Sky.
- (iv) Refere-se a valores devidos à controladora Brasiliiana em função da reestruturação societária do Grupo AES, os quais deverão ser objeto de capitalização. Esses valores não estão sujeitos à atualização monetária e prazo de vencimento.
- (v) Refere-se ao Contrato de Prestação de Serviços entre a Controlada Eletropaulo e a AES Serviços TC, tendo por objeto a prestação de serviços técnicos comerciais de corte, religação, modificação, aferição, verificação e ligação de energia elétrica.
- (vi) Corresponde ao contrato de Sublocação de parte de imóvel comercial celebrados entre a controlada Eletropaulo (Sublocadora) e as demais empresas (Sublocatárias), pelo prazo de 10 anos. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 2.804/2012.

**33.2 Remuneração da Alta Administração**

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas estão divulgando a remuneração de sua Alta Administração. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a remuneração é conforme segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Benefícios de curto prazo (a)	86	14	10.453	8.797
Benefícios pós-emprego (b)	–	–	205	141
Outros benefícios de longo prazo (c)	–	–	260	334
Benefícios de rescisão contrato de trabalho	–	–	35	31
Remuneração baseada em ações (d)	–	–	845	831
<b>Total</b>	<b>86</b>	<b>14</b>	<b>11.798</b>	<b>10.134</b>

- A remuneração da Alta Administração inclui os montantes relativos à AES Com Rio até 30 de junho de 2011.
- a) Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- b) Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;
- c) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas;
- d) Compostos por ações e opções de ações à alta administração através da outorga de instrumentos patrimoniais, concedidos pela The AES Corporation.

A remuneração dos administradores da Companhia e suas controladas foram aprovadas pelos seus acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 16 de abril de 2012.

**34. Seguros**

Em 31 de dezembro de 2012, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da controlada Eletropaulo para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	1-abr-2012	1-abr-2013	R\$ 1.833.700
Vida em grupo	1-nov-2012	1-nov-2013	25 X salário, limitado a R\$ 1.300
Responsabilidade civil geral	1-jun-2012	1-jun-2013	R\$ 30.000
Frota veículos - RCF	31-ago-2012	31-ago-2013	RCFV garantia única R\$ 1.000

Em linha com a política de contratação de seguros da Companhia, contratou-se apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (D&O) visando garantir aos administradores o reembolso dos valores pagos a título de indenização decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia ou sua controlada, durante o exercício de suas atividades. A apólice está vigente até 15 de fevereiro de 2013 e tem limite máximo de indenização de R\$ 50.000. O seguro foi contratado em nome da Brasiliiana, sendo que a mesma também abrange os executivos da Companhia e de sua controlada. Desta forma, cada sociedade controlada pela Brasiliiana é responsável pelo pagamento de parte do prêmio da apólice, cujo critério para o rateio é definido em função do percentual de ativo total de cada uma das empresas.

O escopo dos trabalhos dos auditores independentes não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

**35. Instrumentos financeiros e gestão de riscos (Consolidado)**

**35.1 Considerações gerais**

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada, estão reconhecidos nas seguintes rubricas:

- a) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4);
- b) Investimentos de curto prazo (nota explicativa nº 4);
- c) Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota explicativa nº 5);
- d) Contas a receber - Acordos (nota explicativa nº 8);
- e) Cauções e depósitos vinculados; (nota explicativa nº 21);
- f) Ativo financeiro de concessão (nota explicativa nº 11);
- g) Fornecedores (nota explicativa nº 15);
- h) Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro (nota explicativa nº 17);
- i) Subvenções governamentais (nota explicativa nº 18);
- j) Encargos tarifários e do consumidor a recolher (nota explicativa nº 22);
- k) Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

**35.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros**

Valor contábil	Valor justo	2012	
		Categoria	

<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	114.175	114.175	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	710.043	710.043	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.594.016	1.594.016	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber - acordos	314.055	314.055	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	475.980	475.980	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro de concessão	1.181.937	1.181.937	Ativos financeiros disponíveis para venda
<b>Total</b>	<b>4.390.206</b>	<b>4.390.206</b>	

<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>			
Fornecedores	1.382.389	1.382.389	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	2.802.219	2.829.455	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Subvenções governamentais	3.498	3.498	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	84.510	84.510	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	52.400	52.400	Passivos financeiros pelo custo amortizado
<b>Total</b>	<b>4.325.016</b>	<b>4.352.252</b>	

Valor contábil	Valor justo	2011	
		Categoria	

<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	162.995	162.995	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	1.232.561	1.232.561	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.520.600	1.520.600	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber - acordos	352.298	352.298	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	493.064	493.064	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro de concessão	1.041.813	1.041.813	Ativos financeiros disponíveis para venda
<b>Total</b>	<b>4.803.331</b>	<b>4.803.331</b>	

<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>			
Fornecedores	1.063.104	1.063.104	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	2.495.985	2.508.686	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	129.166	129.166	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	170.829	170.829	Passivos financeiros pelo custo amortizado
<b>Total</b>	<b>3.859.084</b>	<b>3.871.785</b>	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs), operações compromissadas e títulos públicos. CDBs e operações compromissadas são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação. Para títulos públicos, a marcação a mercado é realizada com base nas taxas atuais obtidas da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais).

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para a rubrica ativo financeiro de concessão, vide nota explicativa nº 3.3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**31 de dezembro de 2012 e 2011**  
**(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

**Risco de moeda**

A controlada Eletropaulo está exposta ao risco de variação cambial, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA.

O montante de exposição líquida da Companhia e sua controlada ao risco de moeda na data base de 31 de dezembro de 2012 é:

<b>Consolidado</b>	<b>2012</b>
Empréstimos e financiamentos - controlada Eletropaulo	31
<b>Total da exposição líquida</b>	<b>31</b>

**Análise de sensibilidade ao risco de moeda**

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a controlada Eletropaulo está exposta em sua dívida na data base de 31 de dezembro de 2012, foi utilizada a projeção do dólar norte americana para o período de um ano, com base no relatório FOCUS de 28 de dezembro de 2012.

Desta forma, foi apurado o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido da controlada Eletropaulo, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos do contrato programado para um ano.

	<b>Atual</b>		<b>Projetado</b>			
	<b>Posição em 31.12.2012</b>	<b>Cotação</b>	<b>Cenário em R\$</b>	<b>Cotação</b>	<b>Cenário em R\$</b>	<b>Impacto esperado</b>

<b>Moeda estrangeira controlada Eletropaulo</b>						
STN - Resolução nº 96/1993	15	2,04	31	2,07	31	(0)

**Risco de preço**

Revisão Tarifária Periódica 2011 e Reajuste Tarifário 2012

Em 2 de julho de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em Reunião Pública de Diretoria realizada nesta mesma data, homologou o resultado da Terceira Revisão Tarifária Periódica da controlada Eletropaulo.

O índice de revisão tarifária aprovado foi de -9,33% (efeito médio a ser percebido pelo consumidor) e de -5,60% (efeito econômico), retroativo a 4 de julho de 2011 e aplicável a partir de 4 de julho de 2012.

A tabela abaixo mostra uma comparação entre os valores finais aprovados pela ANEEL e aqueles propostos na Audiência Pública 025/2012:

<b>Componentes da tarifa</b>	<b>Audiência pública (Nota técnica 87/2012 SRE/ANEEL)</b>	<b>Valores finais (Nota técnica 213/2012 SRE/ANEEL)</b>
<b>Parcela A</b>	<b>7.742.000</b>	<b>7.708.718</b>
<b>Parcela B</b>		
Base de remuneração bruta	10.622.082	10.748.787
Base de remuneração líquida	4.376.200	4.445.093
WACC antes dos impostos	11,36%	11,36%
Taxa de depreciação regulatória	3,82%	3,82%
Custo anual das instalações móveis e imóveis	98.323	98.562
Custos operacionais	1.016.695	1.016.666
Receitas irrecuperáveis	115.478	112.688
<b>Parcela B antes de outras receitas e ajustes</b>	<b>2.128.281</b>	<b>2.138.368</b>
Outras receitas	(70.345)	(73.502)
Ajuste em função de investimentos realizados	(22.338)	(36.215)
Índice de produtividade da parcela B	(21.644)	(21.597)
<b>Parcela B após outras receitas e ajustes</b>	<b>2.013.954</b>	<b>2.007.054</b>
<b>Perdas não técnicas</b>		
Ponto de partida	13,34%	11,56%
<b>Fator X</b>		
Componente Pd	1,03%	1,03%
Componente T	0%	0%

A ANEEL reduziu o índice regulatório das perdas não técnicas, refletindo a performance de redução de perdas da controlada Eletropaulo no 2º ciclo tarifário e a mudança da empresa referencial utilizada para a definição da trajetória de redução de perdas. Com isso, foi definida uma trajetória de perdas não técnicas referenciadas ao mercado de baixa tensão com redução anual de 1,0 p.p ao ano, partindo de 11,56% (julho de 2011 a junho de 2012) e chegando em 8,56% (julho de 2014 a junho de 2015).

Adicionalmente, em 3 de julho de 2012, a ANEEL autorizou um reajuste tarifário médio de +5,51% a ser aplicado em sua tarifa a partir de 4 de julho de 2012 sobre a tarifa homologada em 2 de julho de 2012.

Esse reajuste é composto pelos seguintes itens:

<b>Reajuste tarifário 2012</b>		
<b>Parcela A</b>	Encargos setoriais	-2,63%
	Energia comprada	6,16%
	Encargos de transmissão	0,05%
	<b>Parcela A</b>	<b>3,59%</b>
		<b>0,86%</b>
<b>Parcela B</b>		
<b>Reajuste base</b>		<b>4,45%</b>
CVA total		0,61%
Custos financeiros de Parcela A		0,55%
Subsídios tarifários		-0,10%
<b>Reajuste total</b>		<b>5,51%</b>

**Parcela A**

A Parcela A foi corrigida em 4,54%, representando 3,59% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- (i) Encargos Setoriais - R\$ 1.545.394, com redução de 14,63%. Destaque para a redução de 48,21% na Conta de Consumo de Combustível - CCC, que totalizou R\$ 345.083, devido a redução do custo unitário decorrente da aprovação do orçamento da CCC para o ano de 2012. Somente a variação desse encargo representou 3,19% de redução no reajuste tarifário deste ano;
- (ii) Energia Comprada - R\$ 5.572.585, com aumento de 12,53%. A variação decorre principalmente do incremento de 14,17% no preço médio ponderado dos leilões de energia contratada para os próximos 12 meses e também pelo aumento da taxa do dólar considerado no Reajuste Tarifário de 2012 de R\$ 2,0348 versus o considerado na revisão tarifária de 2011 de R\$ 1,5870;
- (iii) Encargos de Transmissão - R\$ 1.202.608, com aumento de 0,46%. Os encargos de transmissão refletem as tarifas de uso do sistema de publicadas através da Resolução Homologatória 1.316, de 26 de junho de 2012.

**Parcela B**

O índice de ajuste da Parcela B foi de 4,11%, que representa uma participação positiva de 0,86% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 5,14%, no período de 12 meses findos em 3 de julho de 2012;
- Fator X equivalente a 1,03%.

**Componentes financeiros**

Os componentes financeiros aplicados a este Reajuste Tarifário totalizam R\$ 111.147, entre os quais destacamos: (i) R\$ 64.092 de CVA; (ii) efeito negativo de R\$ 42.789 da neutralidade dos Encargos Setoriais; (iii) R\$ 103.827 referentes a sobrecontratação de energia.

O ajuste financeiro relativo ao adiamento da revisão tarifária de 2011, calculado pela ANEEL no reajuste tarifário de 2012, resultou no valor negativo de R\$ 1.091.768 (sendo, R\$ 1.053.058 de principal e R\$ 38.710 de atualização monetária), o qual será considerado como componente financeiro nos reajustes tarifários subsequentes.

**Revisão Tarifária de 2011**

De acordo com o contrato de concessão, a revisão tarifária da Companhia deveria ter ocorrido em 4 de julho de 2011. Porém, devido ao atraso na definição da metodologia a ser aplicada no 3º Ciclo de Revisão Tarifária, a ANEEL decidiu postergar a aplicação da nova metodologia de revisão tarifária para 4 de julho de 2012, em conjunto com o reajuste tarifário.

Conforme estabelecido pela ANEEL, o montante relativo ao passivo regulatório referente à postergação da aplicação da metodologia do 3º ciclo de revisão tarifária periódica não foi considerado no reajuste tarifário de 2012.

De acordo com a nota técnica 203/2012, o montante poderá ser devolvido nas proporções de 1/3 e 2/3 nos reajustes tarifários de 2013 e 2014, respectivamente.

No entanto, o montante a ser devolvido em cada reajuste e a forma de correção monetária deverão ainda ser definidos pela ANEEL.

Em 21 de novembro de 2012, foi aberto processo para que fossem examinados determinados ativos pertencentes à base blindada da Base de Remuneração Regulatória da controlada Eletropaulo e eventual sobreavaliação de ativos e possível devolução de valores cobrados em excesso de consumidores. Em 18 de fevereiro de 2013 foi nomeado o Diretor Relator para o referido processo.

A tabela abaixo mostra o efeito percebido pelos consumidores das diversas classes de consumo, após aplicação do reajuste sobre o percentual negativo da revisão tarifária. O efeito médio percebido pelos consumidores foi de -2,26%.

<b>Classe de Consumo</b>	<b>Índice</b>
<b>Alta Tensão</b>	-3,71%
<b>Baixa Tensão</b>	-1,45%
<b>Média Total</b>	-2,26%

**(c) Outros riscos**

**(c.1) Risco de regulação**

As atividades da controlada Eletropaulo, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da controlada Eletropaulo.

**(c.2) Risco de volatilidade dos custos da “Parcela A”**

O reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado em função dos aumentos dos custos não gerenciáveis denominados de “Parcela A” ocorridos entre o período do reajuste tarifário anual. As Normas Internacionais de Contabilidade não permitem o registro destes ativos e passivos. Dessa forma, com a adoção das referidas normas, o resultado da controlada Eletropaulo está sujeito a volatilidade decorrente das variações do aumento destes custos entre o período do reajuste tarifário.

**(c.3) Risco de aceleração de dívidas**

A controlada Eletropaulo tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Em 31 de dezembro de 2012, a controlada Eletropaulo não estava em descumprimento dos termos dos *covenants* (vide nota explicativa no 17.7).

**(c.4) Risco de contratação de energia**

O portfólio de contratos de energia de 2012 consiste nos seguintes componentes: Contratos Bilaterais da controlada Eletropaulo com a AES Tietê e outros pequenos geradores; Contrato de Itaipu e PROINFA; e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR’s. De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, as distribuidoras devem efetuar contratos regulados de compra de energia somente através de leilões públicos federais, com duração estabelecida pelo próprio MME.

Os custos associados à compra de energia são compostos por itens não gerenciáveis. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devam garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e três por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da Distribuidora.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão de 5 e 3 anos da carga e à expectativa de preços futuros. Tais fatores podem implicar em penalidades por insuficiência de contratação, quando a contratação for inferior a 100%, e em custos não repassáveis às tarifas de fornecimento quando a contratação for superior a 103%. Para mitigação desses riscos, há instrumentos de contratação de energia elétrica previstos pela regulamentação tais como leilões de ajuste, MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficitos), opção por redução dos CCEAR’s de energia existente devido a (i) migração de clientes ao mercado livre, (ii) acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004, e (iii) outras variações de mercado.

A estratégia de suprimento de energia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 103%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atender todos os clientes cativos. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração e gestão dos riscos de volume e preços, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

Conforme disposto na Portaria MME nº 45, de 9 de março de 2007 e nas regras estabelecidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 305, de 18 de maio de 2008, a eventual exposição no nível de contratação a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada à tarifa da Distribuidora. Este repasse deverá ser concedido, desde que atendidas as condições dispostas na portaria anteriormente mencionada. Adicionalmente, caberá a ANEEL analisar a isenção da aplicação de penalidade por eventual não atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Apesar dos esforços da controlada Eletropaulo em investimentos na área, os modelos não conseguem capturá-los na sua totalidade. Os modelos norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a necessidade de ajustes sobre as previsões. Outro fator que impacta fortemente as projeções na área de concessão da controlada Eletropaulo é mudança de perfil das atividades dos clientes, onde tem ocorrido uma tendência de redução na participação da classe Industrial e aumento nas classes residencial e comercial.

**(d) Gestão de capital**

A controlada Eletropaulo controla sua estrutura de capital de acordo com as condições econômicas, para possibilitar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de debêntures, entre outros instrumentos que julgar necessário. Desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital. A controlada Eletropaulo inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo.

	<b>Controlada Eletropaulo</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	2.802.219	2.495.985
Caixa e equivalentes de caixa	114.142	162.952
Investimentos de curto prazo	699.899	1.227.520
<b>Dívida líquida</b>	<b>1.988.178</b>	<b>1.105.513</b>
Patrimônio líquido	3.576.844	4.009.711
<b>Dívida líquida / Patrimônio líquido</b>	<b>56%</b>	<b>28%</b>

Não há relevância na estrutura de capital da controladora, desta forma, o capital é analisado apenas ao nível da controlada.

**36. Informações por segmento**

Os segmentos operacionais da Companhia são internamente organizados principalmente como entidades jurídicas. A Companhia e suas controladas analisam os segmentos/companhias regularmente com base em informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na tomada de suas decisões baseando-se em diversos fatores, sendo a receita e lucro os fatores financeiros predominantes.

A Administração da Companhia não analisa geograficamente informações por segmento.

Os segmentos operacionais da Companhia, tendo em vista a natureza das controladas é dividido da seguinte forma:

- Holding - Companhia;
- Distribuição - Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.; e
- Telecomunicações - AES Com Rio - reclassificada para operações descontinuadas.

A Companhia apresenta a seguir as informações por segmentos:

	<b>Holding</b>	<b>Distribuição</b>		<b>Eliminações e reclassificações</b>	<b>Total consolidado</b>
	<b>AES Elpa</b>	<b>AES Eletropaulo</b>	<b>Subtotal</b>		
Receita Líquida	–	9.959.198	9.959.198	–	9.959.198
Custo com Energia Elétrica comprada de terceiros e transmissão	–	(6.882.509)	(6.882.509)	–	(6.882.509)
Despesas Operacionais					
Pessoal, material e serviço de terceiros	(1.773)	(1.270.038)	(1.271.811)	–	(1.271.811)
Outras	(1.031)	(1.601.971)	(1.603.002)	–	(1.603.002)
<b>Total Despesas Operacionais</b>	<b>(2.804)</b>	<b>(9.754.518)</b>	<b>(9.757.322)</b>	–	<b>(9.757.322)</b>
Resultado Financeiro	318	(51.612)	(51.294)	(11.862)	(63.156)
Imposto de Renda/Contribuição Social	(3.812)	(45.122)	(48.934)	–	(48.934)
Resultado de equivalência patrimonial	21.569	–	21.569	(21.569)	–
Amortização de outros intangíveis	(45.946)	–	(45.946)	–	(45.946)
Lucro/Prejuízo Líquido de					
Operações Descontinuadas	–	–	–	–	–
Participação de não controladores	–	–	–	(74.515)	(74.515)
<b>Resultado líquido das operações continuadas</b>	<b>(30.675)</b>	<b>107.946</b>	<b>77.271</b>	<b>(107.946)</b>	<b>(30.675)</b>
<b>Resultado líquido das operações descontinuadas</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
			<b>2012</b>		

<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.844.810</b>	<b>10.499.218</b>	<b>12.344.028</b>	<b>(1.116.045)</b>	<b>11.227.983</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>22.541</b>	<b>6.922.375</b>	<b>6.944.916</b>	<b>(13.654)</b>	<b>6.931.262</b>

	<b>2011</b>					
	<b>Holding</b>	<b>Distribuição</b>	<b>Telecomunicações</b>	<b>Subtotal</b>	<b>Eliminações e reclassificações</b>	<b>Total consolidado</b>
	<b>AES Elpa</b>	<b>AES Eletropaulo</b>	<b>AES Com Rio</b>			
Receita Líquida	–	9.835.578	–	9.835.578	–	9.835.578
Custo com Energia Elétrica comprada de terceiros e transmissão	–	(5.712.032)	–	(5.712.032)	–	(5.712.032)
Despesas Operacionais						
Pessoal, material e serviço de terceiros	(589)	(1.058.606)	–	(1.059.195)	–	(1.059.195)
Outras	(1.540)	(720.426)	–	(721.966)	–	(721.966)
<b>Total Despesas Operacionais</b>	<b>(2.129)</b>	<b>(7.491.064)</b>	<b>–</b>	<b>(7.493.193)</b>	<b>–</b>	<b>(7.493.193)</b>
Resultado Financeiro	(660)	(21.291)	–	(21.951)	(21.235)	(43.186)
Imposto de Renda/Contribuição Social	(334)	(751.118)	–	(751.452)	–	(751.452)
Resultado de equivalência patrimonial	466.218	–	–	466.218	(466.218)	–
Amortização de outros intangíveis	(45.946)	–	–	(45.946)	–	(45.946)
Lucro/Prejuízo Líquido de						
Operações Descontinuadas	19.736	–	–	19.736	–	19.736
Participação de não controladores	–	–	–	–	(1.084.652)	(1.084.652)
<b>Resultado líquido das operações continuadas</b>	<b>436.885</b>	<b>1.572.105</b>	<b>–</b>	<b>2.008.990</b>	<b>(1.572.105)</b>	<b>436.885</b>
<b>Resultado líquido das operações descontinuadas</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>19.736</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
			<b>2011</b>			

<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.068.662</b>	<b>10.765.981</b>	<b>–</b>	<b>12.834.643</b>	<b>(1.295.785)</b>	<b>11.538.858</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>37.344</b>	<b>6.756.270</b>	<b>–</b>	<b>6.793.614</b>	<b>(59.073)</b>	<b>6.734.541</b>

**37. Ativos e passivos regulatórios**

Em função da adoção das normas internacionais de contabilidade e as Normas Contábeis adotadas no Brasil, a controlada Eletropaulo reverteu integralmente os saldos dos ativos e passivos regulatórios. Caso os ativos e passivos regulatórios não tivessem sido revertidos, a controlada Eletropaulo teria registrado em suas demonstrações contábeis os seguintes saldos:

	<b>Controlada Eletropaulo</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>ATIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	–	59.616
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	427.138	321.543
Outros componentes financeiros da tarifa	45.573	66.291
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>472.711</b>	<b>447.450</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	–	29.157
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	286.341	134.638
Outros componentes financeiros da tarifa	9.761	140.932
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>296.102</b>	<b>304.727</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>768.813</b>	<b>752.177</b>
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>CIRCULANTE</b>		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	174.112	463.241
Outros componentes financeiros da tarifa	49.420	208.702
Revisão Tarifária - Fator Xe	36.186	34.503

<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b> 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)
--

### 38. Investimentos em meio ambiente (não auditado)

	Controlada Eletropaulo	
	2012	2011
<b>Gastos Meio Ambiente</b>		
Custos diretos - gerência de meio ambiente	3.068	3.225
SGA - sistema de gestão ambiental e outros	1.463	1.676
Licenciamentos e compensações ambientais	1.313	810
Recuperação da qualidade do solo e águas subterrâneas	11.256	6.616
Prevenção à poluição (construção de bacias coletoras de óleo - ETD's)	2.078	2.677
Treinamentos operacionais (brigada - emergência química)	1	76
Comunicação (semana do meio ambiente, divulgação, impressos, etc.)	–	13
Créditos de carbono	–	50
<b>Subtotal</b>	<b>19.179</b>	<b>15.143</b>
Projetos de P&D (*)	655	2.176
Projetos de eficiência energética (*)	35.008	54.978
<b>Total</b>	<b>54.842</b>	<b>72.297</b>

(\*) Em conformidade com a Lei nº 9.991/2000 e disposições posteriores correlatas, as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de 1% de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e de Eficiência Energética, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Do total de gastos com meio ambiente efetuado pela controlada Eletropaulo em 31 de dezembro de 2012, R\$ 2.538 (R\$ 3.864 em 31 de dezembro de 2011) foram destinados a investimentos ao ativo imobilizado. A política de capitalização dos gastos é efetuada com base nas instruções gerais do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE.

A controlada Eletropaulo em busca da excelência ambiental ampliou em 2012 seu escopo de certificação ambiental ISO 14001:04 para todas as suas atividades, reafirmando seu compromisso no atendimento à legislação ambiental, aos seus padrões ambientais e manutenção de seu Sistema de Gestão Ambiental. Para sua manutenção estão previstos vários projetos relacionados à prevenção à poluição, dentre eles está a construção de caixas de contenção e separadoras de água e óleo em subestações, com previsão de investimentos até 2015. Ainda foram realizadas e estão previstas melhorias da gestão da arborização urbana, fiscalização de contratados, gestão de resíduos, licenciamentos e compensações ambientais, gestão de passivos ambientais, manutenção de áreas verdes, treinamentos, comunicação e projetos em parceria com prefeituras.

Ainda haverá a continuação das pesquisas sobre campos eletromagnéticos e desenvolvimento de alternativas para biorremediação de solos contaminados por óleo mineral.

### 39. Plano de remuneração baseado em ações

A controlada Eletropaulo não possui um plano próprio de remuneração baseado em ações, sendo que este plano é estabelecido, administrado e custeado por sua controladora indireta The AES Corporation, sem ônus à controlada Eletropaulo.

Este plano abrange os diretores estatutários e não estatutários, tendo como objetivo reforçar a retenção dos executivos e criar valor para o negócio de forma sustentável e de longo prazo. Seus desembolsos estão condicionados ao alcance das metas corporativas globais e individuais, refletidos também na variação positiva do preço da ação da The AES Corporation.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.16, o custo de transações de outorga de títulos patrimoniais é reconhecido no resultado do exercício em contrapartida a conta específica de reserva de capital, a qual indica o compromisso futuro do controlador da controlada Eletropaulo de aportar os recursos necessários para suportar a outorga das ações e opções de ações adquiridas pelos diretores da controlada Eletropaulo. Após o aporte dos recursos, a reserva de capital poderá ser utilizada para aumentar o capital da controlada Eletropaulo em favor da The AES Corporation, sendo garantida aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária. O efeito na demonstração do resultado da controlada Eletropaulo no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 845 (R\$ 820 em 31 de dezembro de 2011). O saldo acumulado em 31 de dezembro de 2012 na conta de reserva de capital de ações e opções de ações outorgadas é de R\$ 17.297 (R\$ 16.452 em 31 de dezembro de 2011).

A The AES Corporation possui dois tipos de remuneração com base em ações:

(a) *Stock Options*: o diretor estatutário recebe o direito de comprar ações da The AES Corporation por um valor determinado após um período de 3 anos, ou seja, 1/3 das opções outorgadas tornam-se exercíveis a cada ano que permanece na controlada Eletropaulo. As opções de ações têm um prazo contratual de dez anos e em nenhuma circunstância as opções concedidas dão direito a seu detentor de liquidar a opção em dinheiro ou em outros ativos da The AES Corporation.

A média ponderada do valor justo de cada concessão de opções foi estimada, na data da concessão, utilizando o modelo de precificação de opções *“Black-Scholes”*, utilizando a média ponderada das seguintes premissas:

	Controlada Eletropaulo	
	2012	2011
Volatilidade esperada (%)	26	31
Rendimento esperado do dividendo anual (%)	1	-
Prazo de vida esperado das opções (anos)	6	6
Taxa de retorno livre de risco (%)	1,16	2,65

Considerando as premissas acima, os valores justos destas opções emitidas em 31 de dezembro de 2012 e 2011, eram de US\$ 3,26 e US\$ 4,54, respectivamente.

O quadro a seguir apresenta a quantidade, as médias ponderadas do preço de exercício e do prazo contratual remanescente e as movimentações das *Stock Options* durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Controlada Eletropaulo		
	Quantidade de Opções	Média ponderada do preço de exercício (US\$)	Média ponderada do prazo contratual remanescente
<b>Em circulação em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>230.923</b>	<b>15,11</b>	
Exercidas durante o exercício	(6.035)	4,56	
Canceladas e expiradas durante o exercício	(199.025)	14,68	
Outorgadas durante o exercício	10.435	12,88	
Transferidas	160.538	14,14	
<b>Em circulação em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>196.836</b>	<b>14,80</b>	<b>4,0</b>
Opções de ações exercíveis em 31 de dezembro de 2011	175.797	15,29	3,5

	Controlada Eletropaulo		
	Quantidade de Opções	Média ponderada do preço de exercício (US\$)	Média ponderada do prazo contratual remanescente
<b>Em circulação em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>196.836</b>	<b>14,80</b>	
Exercidas durante o exercício	(5.881)	4,44	
Canceladas e expiradas durante o exercício	(54.205)	15,36	
Outorgadas durante o exercício	6.792	13,7	
<b>Em circulação em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>143.542</b>	<b>14,96</b>	<b>4,2</b>
Opções de ações exercíveis em 31 de dezembro de 2012	127.952	15,18	3,7

(b) *Restricted Stock Units*: o diretor recebe as ações da The AES Corporation, mas só adquire de fato as ações na proporção de 1/3 a cada ano que permanece na controlada Eletropaulo. Em nenhuma circunstância estas outorgas dão direito a seu detentor (ou obrigam a The AES Corporation) a liquidar as ações restritas em dinheiro ou em outros ativos da The AES Corporation.

Os valores justos destas ações em 31 de dezembro de 2012 e 2011 correspondem aos valores de fechamento das ações da The AES Corporation na data da outorga das ações.

O quadro a seguir apresenta a quantidade, as médias ponderadas do preço de exercício e do prazo contratual remanescente e as movimentações das *Restricted Stock Units* durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>		
<b>Francisco José Morandi López</b> Presidente do Conselho	<b>Antonio Carlos de Oliveira</b>	<b>Britaldo Pedrosa Soares</b> Vice-Presidente do Conselho
<b>Andrew Martin Vesey</b>		<b>Sidney Simonaggio</b>
<b>Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira</b>		<b>Francisco Luiz Scagliusi</b>
<b>DIRETORIA</b>		<b>CONTADOR</b>
<b>Britaldo Pedrosa Soares</b> Diretor Presidente e Relação com Investidores	<b>Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira</b> Diretor	<b>Paulo Rogério Magri</b> Contador - CRC 1SP 181645/O-5

<b>PARECER DO CONSELHO FISCAL</b>		
<b>Luis Eduardo Frisoni Junior</b>	<b>Kurt Janos Toth</b>	<b>Nelson Akio Fujimoto</b>

<b>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>		
Ao Conselho de Administração e Acionistas da <b>AES Elpa S.A.</b> <b>Barueri - SP</b> Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da AES Elpa S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. <b>Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis</b> A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board - IASB</i> , e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. <b>Responsabilidade dos auditores independentes</b> Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.		
Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais		
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AES Elpa S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.		
<b>DECLARAÇÃO DOS DIRETORES</b>		

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

**AES Elpa S.A.**

**Barueri - SP**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da AES Elpa S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.  
**Responsabilidade dos auditores independentes**  
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.  
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.  
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AES Elpa S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

<b>DECLARAÇÃO DOS DIRETORES</b>		
Os Diretores da AES ELPA S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.917.705/0001-30, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Uhlôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 1, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri - SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que (1) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes; e (2) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.		
Barueri, 19 de fevereiro de 2013		
<b>Britaldo Pedrosa Soares</b> Diretor Presidente e Relações com Investidores	<b>Dirtores</b>	<b>Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira</b> Diretor

	Controlada Eletropaulo		
	Quantidade	Média ponderada do preço de exercício (US\$)	Média ponderada do prazo contratual remanescente
<b>Ações ainda não elegíveis em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>75.871</b>	<b>10,00</b>	
Ações que se tornaram elegíveis durante o exercício	(22.867)	9,61	
Canceladas e expiradas durante o exercício	(24.525)	12,64	
Outorgadas durante o exercício	49.118	13,26	
Transferidas	3.448	8,96	
<b>Ações ainda não elegíveis em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>81.045</b>	<b>11,24</b>	<b>1,4</b>

	Controlada Eletropaulo		
	Quantidade	Média ponderada do preço de exercício (US\$)	Média ponderada do prazo contratual remanescente
<b>Ações ainda não elegíveis em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>81.045</b>	<b>11,24</b>	
Ações que se tornaram elegíveis durante o exercício	(35.445)	9,89	
Canceladas e expiradas durante o exercício	(14.783)	11,87	
Outorgadas durante o exercício	41.546	14,01	
Transferidas	(333)	8,13	
<b>Ações ainda não elegíveis em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>72.030</b>	<b>13,64</b>	<b>1,6</b>

### 40. Compromissos

O principal insumo da controlada Eletropaulo é a energia elétrica, e a sua contratação ocorre, essencialmente, através de leilões públicos regulamentados pela ANEEL.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico instituiu a contratação de energia por meio de leilões em um esforço para reestruturar o Setor de Energia Elétrica a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas por meio de processos competitivos de leilões públicos de energia.

Em 31 de dezembro de 2012, a controlada Eletropaulo possuía quatro tipos básicos de acordos de fornecimento: (i) quotas de compra de energia de Itaipu, que se estendem até 2027, (ii) quotas de suprimento de energia de projetos do PROINFA; (iii) acordos bilaterais (curto e longo prazo) com geradoras particulares, inclusive a coligada Tietê; e (iv) compras através de Leilão (vide nota explicativa nº 29).

Adicionalmente, a controlada Eletropaulo incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL (vide nota explicativa nº 29).

A controlada Eletropaulo também possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Conta de Consumo de Combustível - CCC, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Reserva Global de Reversão - RGR e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL (vide nota explicativa nº 29).

### 41. Operação descontinuada

Como parte da transação de venda da AES Com Rio pela AES Elpa para a Companhia Brasileira de Energia, os acionistas da AES Elpa aprovaram, por unanimidade, em assembleia geral extraordinária realizada em 26 de julho de 2011, a redução do capital social da AES Elpa ("Redução de Capital"). O investimento na AES Com Rio foi utilizado para pagamento da redução de capital.

Em 31 de outubro de 2011, a controladora Brasileira concluiu a venda, para a TIM Celular S.A. ("TIM"), das ações de emissão da AES Com Rio, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Quotas celebrado entre Brasileira e TIM em 8 de julho de 2011.

Desta forma, nas demonstrações contábeis da Companhia, os saldos referentes a AES Com Rio foram reclassificados para operações descontinuadas para o período findo em 30 de junho 2011 nas demonstrações dos resultado, fluxo de caixa e valor adicionado.

O resultado da AES Com Rio até 30 de junho de 2011 é apresentado a seguir:

	Controladora	Consolidado
	1.1.2011 a 30.6.2011	1.1.2011 a 30.6.2011
<b>Receita Líquida</b>	–	<b>52.811</b>
Pessoal	–	(6.205)
Entidade de previdência privada	–	(100)
Serviços de terceiros	–	(6.770)
Material	–	(1.024)
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	–	154
Provisão/Reversão para processos judiciais e outros	–	12
Depreciação e amortização	–	(6.055)
Outras receitas e custos	–	(3.998)
Total das despesas	–	<b>(23.986)</b>
Resultado de Participações Societárias	19.736	–
<b>Lucro Bruto</b>	<b>19.736</b>	<b>28.825</b>
<b>Receita (Despesa) Financeira</b>		
Receita	–	1.206
Despesa	–	(138)
Variações monetárias/cambiais	–	7
Total Resultado Financeiro	–	<b>1.075</b>
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>19.736</b>	<b>29.900</b>
Contribuição social	–	(2.589)
Imposto de renda	–	(7.181)
Contribuição social diferida	–	(104)
Imposto de renda diferido	–	(290)
	<b>19.736</b>	<b>19.736</b>

Os fluxos de caixa líquido incorridos pela AES Com Rio são:

Atividades operacionais	21.760
Atividades de investimento	(14.982)
Atividade de financiamento	(5.181)

Os montantes acima descritos estão com sinais invertidos em relação às transferências para as atividades descontinuadas das demonstrações dos fluxos de caixa, pois, nos fluxos estão sendo demonstradas as saídas de caixa de cada atividade da AES Com Rio.

O total de pagamento de imposto de renda e contribuição social até 30 de junho de 2011 é R\$ 9.127.

### 42. Eventos subsequentes

**a) Resolução Homologatória nº 1436/13**

Conforme Resolução Homologatória nº 1436/13 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) a partir de 24 de janeiro de 2013, as tarifas de energia elétrica praticadas pela controlada Eletropaulo foram reajustadas.

A tarifa da concessionária foi reduzida 20% em média. Esse índice refere-se à diminuição do custo com a compra de energia, despesas de transmissão, redução de encargos setoriais e retirada de subsídios da estrutura tarifária que anteriormente eram pagos pelos consumidores através de suas tarifas. Os clientes perceberão benefícios parciais de redução na tarifa a partir do dia 24 de janeiro e completos somente a partir do dia 26 de fevereiro.

**b) Eletrobrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986**

Em 21 de fevereiro de 2013, foi publicada decisão do TJRJ favorável à controlada Eletropaulo, que anulou integralmente a decisão de 1ª instância. Dessa forma, o processo deverá ser reiniciado em 1ª instância para que se prossiga com a análise das questões técnicas e jurídicas, assim como realização de perícia contábil. Ao término de tal procedimento, deverá ser proferida nova decisão, que indicará o responsável e o valor devido à Eletrobrás.

A estimativa é que os trabalhos periciais não se encerrem em um prazo inferior a seis meses a ser contado do início dos trabalhos periciais. Ao final dos trabalhos, caberá ao perito apontar o montante da dívida e o responsável pelo pagamento.